



RS

23

**RELATÓRIO
DE SUSTENTABILIDADE**



ÍNDICE

1. SOBRE ESTE RELATÓRIO ESG

2. A APL NUM MINUTO

3. UM FUTURO MAIS VERDE , INTELIGENTE E RESILIENTE

1. Um passo à em frente no firme compromisso com uma Transição Energética sustentada
2. A Descarbonização no centro da atividade da APL
3. Objetivo: Reduzir a utilização de recursos
4. Preservar a riqueza natural: Proteger o Estuário e o Ambiente

4. O PORTO E AS PESSOAS

1. Diversidade social: *stakeholders* internos e externos
2. Valorização dos colaboradores
3. Valorização das comunidades

5. GOVERNAÇÃO COM FUTURO

1. O Órgão de Gestão
2. O foco na Sustentabilidade
3. Palavra chave: Inovação
4. Os grandes desafios de 2023
5. Desempenho operacional em 2023
6. Desempenho económico em 2023

6. INDICADORES DE DESEMPENHO

ANEXO: TABELA GRI



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Num mundo cada vez mais consciente da necessidade de preservar os recursos naturais e promover práticas empresariais sustentáveis, é com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Sustentabilidade da Administração do Porto de Lisboa, SA para o ano de 2023.

Este documento reflete, não apenas as nossas conquistas do último ano, mas também o nosso firme e permanente compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O ano de 2023 iniciou-se com a expectativa de ver afastadas as nuvens sombrias provocadas pela guerra na Ucrânia, principalmente a pressão inflacionista, responsável por um aumento nos preços dos bens e serviços em Portugal, levando a uma redução no poder de compra dos consumidores e possivelmente afetando o crescimento económico.

Não obstante essa influência negativa, em 2023 o panorama energético global continuou em transformação. Governos e empresas priorizaram investimentos em energias limpas e em eficiência energética para dar resposta às alterações climáticas e às preocupações de segurança energética.

Na COP28, Nações de todo o mundo assumiram um compromisso histórico de transição de sistemas energéticos baseados em combustíveis fósseis para energias limpas. Estes esforços, contudo, não impediram que as emissões de carbono continuassem a aumentar, e 2023 foi o ano mais quente de que há registo.

É com satisfação que informamos que estamos a dar passos seguros em direção a várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas, garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos, construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, e tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. São exemplo disso, o compromisso no âmbito do programa acelerador da igualdade de género, a adoção do Plano ECO.AP, o lançamento do programa acelerador da inovação Tagus Innov e a contratação da execução da ligação em AT essencial à concretização do projeto *Onshore Power Supply*.

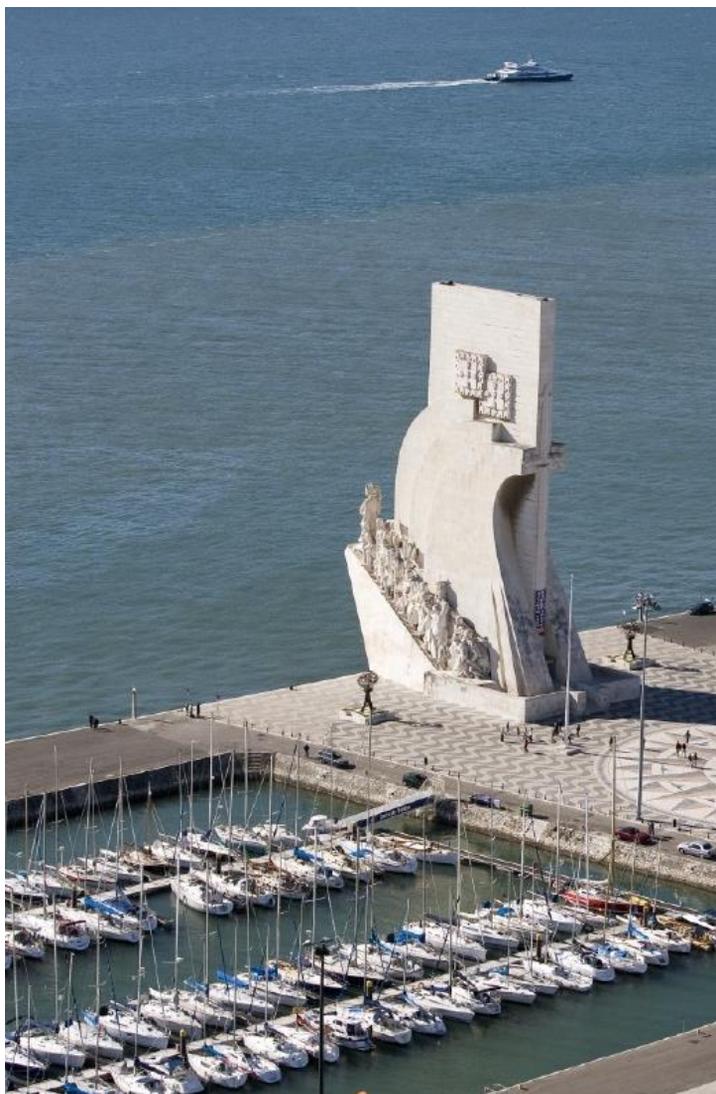
No entanto, reconhecemos que ainda há muito a ser feito. Portanto, reiteramos o nosso firme compromisso com o respeito pelo ambiente e a sociedade, sem perder de vista a sustentabilidade económica e financeira da nossa empresa. Continuaremos a implementar práticas sustentáveis em todas as áreas de nossa atuação, procurando reduzir o nosso impacto ambiental e promover a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras, criando um relacionamento forte e duradouro com os nossos *stakeholders*, e assegurando a viabilidade da empresa e do Porto de Lisboa, incrementando a sua relevância na economia regional e nacional, através da inovação e eficiência.



Além disso, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os nossos colaboradores, clientes e outros parceiros que têm apoiado e incentivado os nossos esforços de sustentabilidade. Os contributos de todas/os são fundamentais para o nosso progresso e dão-nos o estímulo necessário para ambicionar alcançar metas ainda mais audaciosas no futuro.

À medida que avançamos no ano de 2024, reafirmamos o nosso compromisso em enfrentar os desafios globais mais urgentes, promovendo a prosperidade económica, social e ambiental em todas as áreas de operação da empresa.

Juntos, podemos construir um futuro mais sustentável e inclusivo para todos.



Estamos a dar passos seguros em direção a várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



1. SOBRE ESTE RELATÓRIO ESG

1. SOBRE ESTE RELATÓRIO ESG

O Relatório de Sustentabilidade da APL, S.A. de 2023 é o documento de referência do desempenho da APL nas três dimensões de sustentabilidade - ambiental, social e económica, atualmente reconhecidas como fatores ESG -, no ano em referência, e constitui o principal instrumento de relato não financeiro da empresa.

Nele é apresentado o desempenho da empresa no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, em alinhamento com o Relatório e Contas e o Relatório do Governo Societário, evidenciando a forma como são geridos os riscos e oportunidades relacionados com os três fatores de sustentabilidade.

O nosso Relatório pretende ser mais do que uma mera prestação de contas, pois trata-se de um testemunho do compromisso contínuo da nossa empresa com a sustentabilidade e a sua integração em todas as áreas de operação.

Ao longo deste relatório, são explorados os progressos, desafios e conquistas alcançados no último ano, revelando como a APL, SA adotou a responsabilidade ambiental, social e corporativa como um pilar fundamental da sua estratégia de negócios. À medida que se avança no relatório apresenta-se o retrato multifacetado do compromisso da APL com a sustentabilidade em todas as suas frentes, designadamente no modo como assegurou a sua concretização e, ainda, a medição do seu grau de cumprimento, dando-se enfoque, sobretudo, aos temas que resultaram do exercício de análise de materialidade efetuado no exercício de relato anterior.



A elaboração deste relatório segue as Diretrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade divulgadas pela Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão GRI Standards de acordo com a opção Essencial. O Relatório integra, também, uma tabela de indicadores que completam toda a informação relatada.

O próximo relatório será publicado em 2025 e reportará a evolução do desempenho da APL em 2024.



2. A APL NUM MINUTO

2. A APL NUM MINUTO

A APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que visa o regular funcionamento do Porto de Lisboa nas suas vertentes económica, financeira e patrimonial, de exploração portuária e ainda de atividades complementares, subsidiárias ou acessórias.

O Porto de Lisboa é um porto marítimo, situado no estuário do Tejo, que confina com 11 municípios, entre os quais Lisboa, a capital do país. Apresenta uma localização geográfica privilegiada no cruzamento de diversas rotas marítimas internacionais pelo que integra o conjunto de portos principais da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

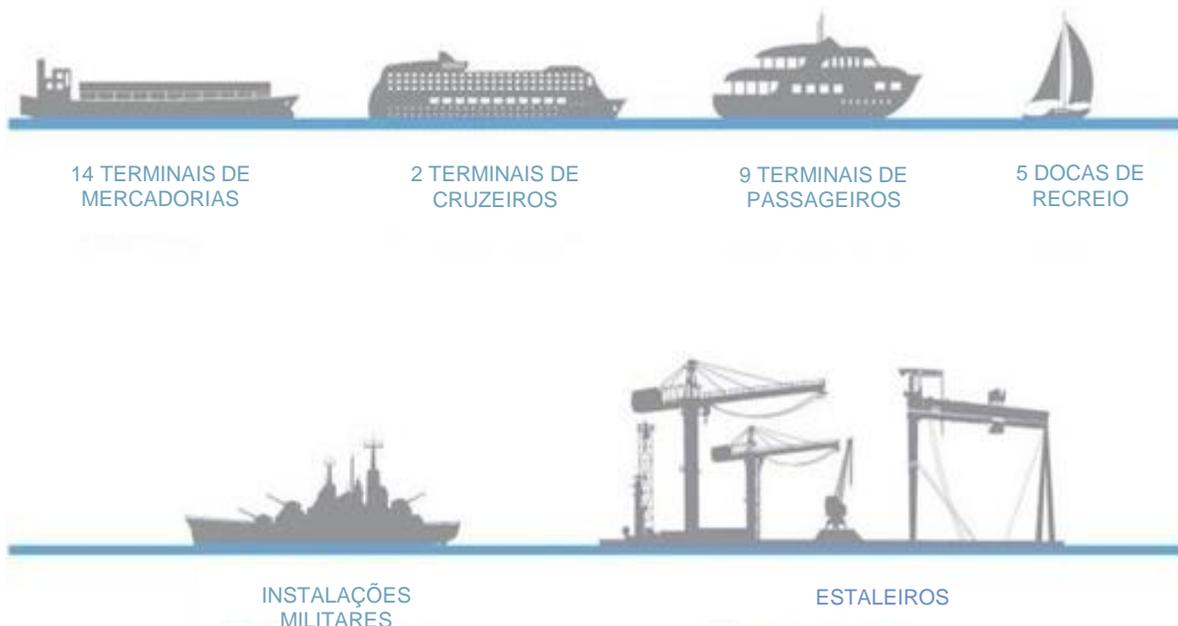
Sendo um grande porto europeu de orientação atlântica e uma porta direta ao mercado ibérico, inserido no maior centro de consumo (Região de Lisboa e Vale do Tejo) e principal região económica de Portugal, constituiu uma infraestrutura vital para a economia de nacional.

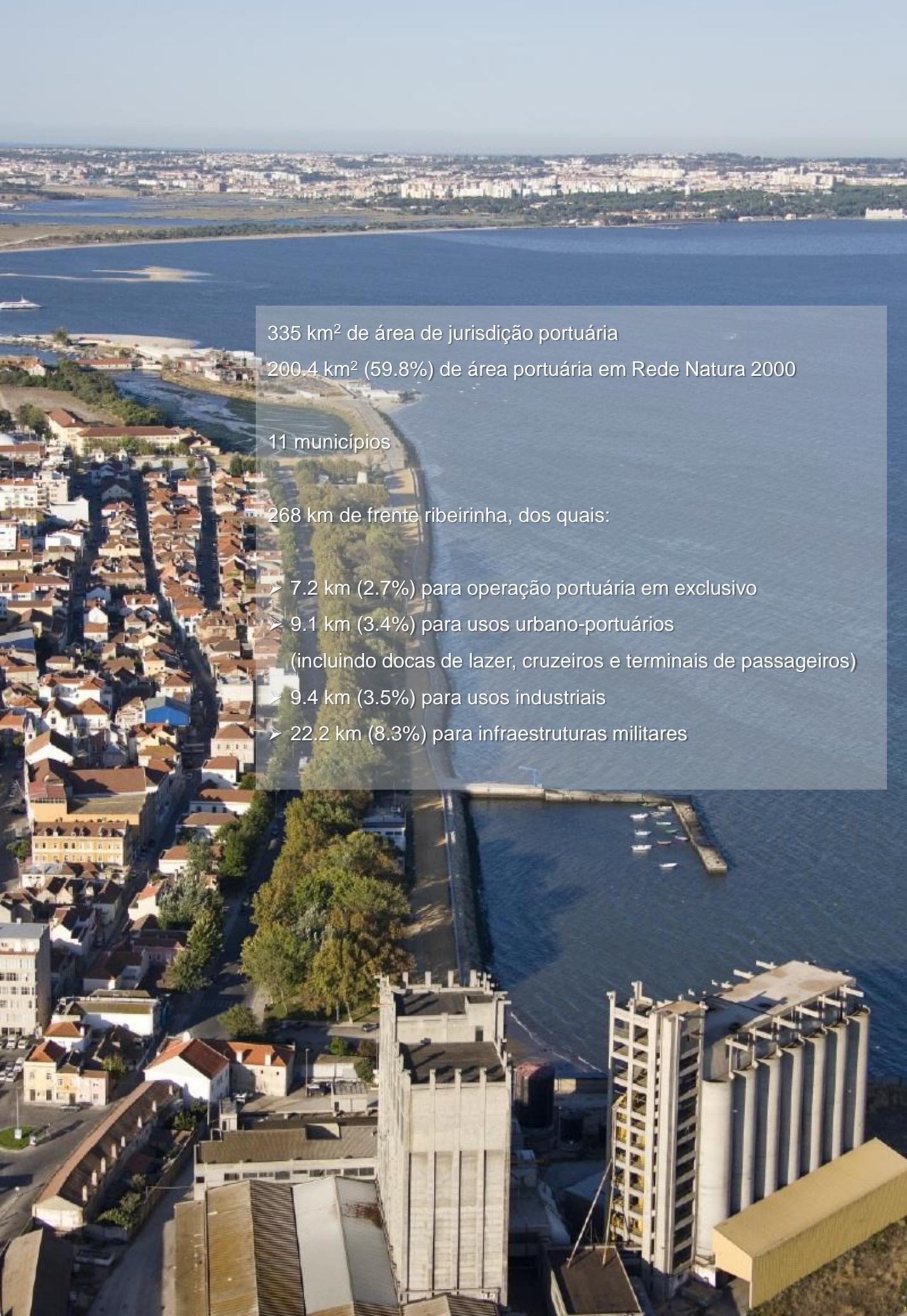
GRANDE REGIÃO DE POLARIZAÇÃO DE LISBOA



As três grandes áreas de negócio da APL compreendem a movimentação de mercadorias e logística portuária, os cruzeiros e náutica de recreio, e a gestão da utilização de áreas do domínio público marítimo. Trata-se de um porto multifuncional.

UM PORTO MULTIFUNCIONAL





335 km² de área de jurisdição portuária

200.4 km² (59.8%) de área portuária em Rede Natura 2000

11 municípios

268 km de frente ribeirinha, dos quais:

- 7.2 km (2.7%) para operação portuária em exclusivo
- 9.1 km (3.4%) para usos urbano-portuários (incluindo docas de lazer, cruzeiros e terminais de passageiros)
- 9.4 km (3.5%) para usos industriais
- 22.2 km (8.3%) para infraestruturas militares

MERCADORIAS E LOGÍSTICA PORTUÁRIA

O porto de Lisboa constitui uma importante plataforma logística multimodal com uma movimentação de mercadorias que, em 2023, se aproximou dos 11 milhões de toneladas, um aumento de 1.7% em relação ao ano anterior.

A sua centralidade geoestratégica, aliada à sua multidisciplinariedade em termos de serviços portuários, confere-lhe um estatuto de relevo nas cadeias logísticas do comércio internacional, sendo servido de uma rede de ligações marítimas com os principais portos do mundo através dos mais importantes armadores internacionais. De igual modo, é um porto estratégico no tráfego nacional com os portos dos Arquipélagos da Madeira e Açores e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Considerado um importante elo de ligação entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa e como placa giratória do comércio internacional entre a Europa, a América e África, no porto de Lisboa são movimentados diversos tipos de carga, desde carga contentorizada, a granéis sólidos e líquidos e carga fracionada, operados em 14 terminais concessionados distribuídos por ambas as margens, dos quais 9 de serviço público, e os restantes de uso privativo.



O porto de Lisboa, integrado no sistema portuário nacional, funciona segundo o modelo *landlord port*. Neste modelo, a APL é proprietária dos terrenos, os quais integram, maioritariamente, o domínio público marítimo, e das infraestruturas básicas relacionadas com o porto, sendo responsável pelo planeamento, regulação e fiscalização da atividade portuária. As infraestruturas portuárias são exploradas por operadores privados em regime de concessão de serviço público, atribuída por concurso público nos termos do Código da Contratação Pública.

Várias concessões portuárias, estão a aproximar-se do prazo máximo dos respetivos contratos, pelo que, durante o ano de 2023 a APL tem vindo a preparar, não apenas os procedimentos pré-contratuais para atribuição de futuras concessões, mas também o reordenamento e requalificação da plataforma portuária de Santa Apolónia, onde se incluem diversos destes terminais, com o objetivo de transformar esta zona portuária num verdadeiro Porto Verde, e exemplo de excelência na integração porto-cidade.

TERMINAIS PORTUÁRIOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS



Terminal Contentores St^a Apolónia
Terminal Multipurpose de Lisboa
Terminal Contentores de Alcântara



Terminal de Granéis Sólidos da Trafaria
Terminal de Granéis Sólidos de Palença
Terminal de Granéis Sólidos do Beato
Terminal de Cimentos de Alhandra
Terminal de Granéis Sólidos de Alhandra



Terminal de Granéis Líquidos Porto Buchos
Estação de Assistência Naval do Porto
de Lisboa
Terminal Granéis Líquidos da Banática
Terminal Granéis Líquidos do Barreiro



Terminal Multiusos Beato
Terminal Multiusos Poço do Bispo

COMO TRABALHAMOS

Plano de Gestão de Riscos dos Terminais Portuários de Mercadorias

Os riscos de gestão de uma concessão portuária passam pela possibilidade do não cumprimento dos limites de responsabilidade e de obrigações contratuais a nível operacional e financeiro e pela atuação desalinhada, ou contrária, às orientações e objetivos da Administração Portuária e respetivas tutelas.

O papel da APL na gestão, monitorização e de fiscalização das concessões efetua-se através de:

- Matrizes de verificação (de receção de informações obrigatórias);
- Produção de relatórios internos de atividade com carácter trimestral e anual;
- Produção de dados indicadores de atividade;
- Produção de dados estatísticos;
- Relatórios de proveitos das taxas dominiais fixas e variáveis;
- Afixação online do regulamento de tarifas máximas a aplicar pelos vários terminais concessionados;
- Relatórios de fiscalização;
- Relatórios de ocorrência;
- Relatórios de fluxos financeiros da concessionária para a concedente (Relatórios Trimestrais enviados para a UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, Ministério das Finanças);
- Relatórios de Auditorias;
- Questionários de Qualidade de Serviço;
- Levantamentos Hidrográficos.

CRUZEIROS E NÁUTICA DE RECREIO

O Porto de Lisboa é hoje um porto de renome internacional a nível da indústria de cruzeiros, tendo sido galardoado nos últimos anos, como melhor porto de cruzeiros da Europa, servindo sobretudo o mercado europeu, de onde se destaca o mercado britânico, seguido pelo mercado, americano, alemão, canadiano e português. Para tal contribui a disponibilidade de um terminal moderno situado no centro histórico da cidade de Lisboa, que integra a nova Gare Marítima e o Terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia, adequado às atuais exigências do setor, e uma Política de Atracação de Navios de Cruzeiro que fornece orientações bem definidas, transparentes e não discriminatórias para a atribuição de cais. A gestão da atividade de cruzeiros no Porto de Lisboa é, desde 2014, realizada em regime de concessão de Serviço Público no Terminal de Cruzeiros de Lisboa, por um consórcio constituído pela Global Liman Isletmeleri A.S., Grupo Sousa Investimentos SGPS Ld.ª, Royal Caribbean Cruises Ltd. e Creuers del Port de Barcelona S.A..

No ano de 2023, observou-se um aumento de 6% do número de navios de cruzeiro que escalaram o porto de Lisboa, acompanhado de um grande aumento do número de passageiros (54%).

A Marina de Lisboa com as suas quatro docas de recreio, geridas de forma integrada - Alcântara, Santo Amaro, Belém e Bom Sucesso - beneficia de vários serviços e tem capacidade para perto de 950 embarcações.

No ano de 2023, observou-se uma ligeira redução no movimento de embarcações de recreio na Marina de Lisboa relativamente ao ano anterior (0.3%), tendo passado de 1484 para 1479.



COMO TRABALHAMOS

Comunicação com os *stakeholders*

Na nossa atuação privilegiamos a comunicação estreita com os nossos *stakeholders*.

No caso da Marina de Lisboa são sobretudo os clientes da náutica de recreio e os clientes da atividade marítimo-turística, os utentes, quer das docas de recreio quer dos clubes náuticos, e os municípios da frente ribeirinha, entre outros.

No caso da atividade de cruzeiros, sendo um negócio com muitos intervenientes nas regiões de destino, contam-se diversas autoridades portuárias, o concessionário, os agentes de navegação, os agentes de *tours* ou *ground handling*, responsáveis pelas excursões em terra e pela organização dos embarques/desembarques; as entidades turísticas, os hoteleiros, os aeroportos, e até os estaleiros de reparação naval.

Assim, promovemos diversas ações para envolvimento de todos, como sejam:

- Evento Encontros na Marina de Lisboa;
- Edição da entrega de prémios da atividade de cruzeiros;
- Reunião anual de trabalho sobre a atividade de cruzeiros;
- Ações no âmbito do “Lisbon Cruise Club”.

UTILIZAÇÃO DE ÁREAS DOMINIAIS E EVENTOS

O porto de Lisboa acolhe na área sob sua jurisdição e domínio diversas atividades complementares da atividade portuária, como sejam, por exemplo, a reparação naval e a pesca, e outras atividades como serviços diversos, restauração, eventos, atividades culturais e científicas, entre outras.

A utilização dos espaços dominiais visa assegurar a rentabilização e a adequada utilização de espaços não diretamente alocados à atividade portuária e/ou às atividades de carga, cruzeiros e náutica de recreio na área de jurisdição do Porto de Lisboa, mediante critérios de qualidade e sustentabilidade.

Paralelamente, a APL autoriza a realização de eventos diversos na sua área de jurisdição e nos seus edifícios, como sejam, por exemplo, eventos náuticos, festivais, conferências e reuniões, filmagens, entre muitos outros.

ALGUNS EVENTOS EM ESPAÇO PORTUÁRIO

No âmbito das Comemorações do seu 136º aniversário, o Porto de Oporto de Lisboa foi o anfitrião do GreenPort Congress & Cruise. Esta conferência reuniu *stakeholders* e peritos de várias comunidades marítimas e portuárias europeias, tendo constituído uma importante plataforma de partilha das mais recentes práticas ambientais sustentáveis.



O “Fórum Mobilidade & Transportes” promovido pela Revista Eurotransporte foi um evento que pretendeu dar o seu contributo, como espaço de discussão entre os *stakeholders* do setor e dos diferentes ecossistemas que constituem o vasto espaço da mobilidade em Portugal.

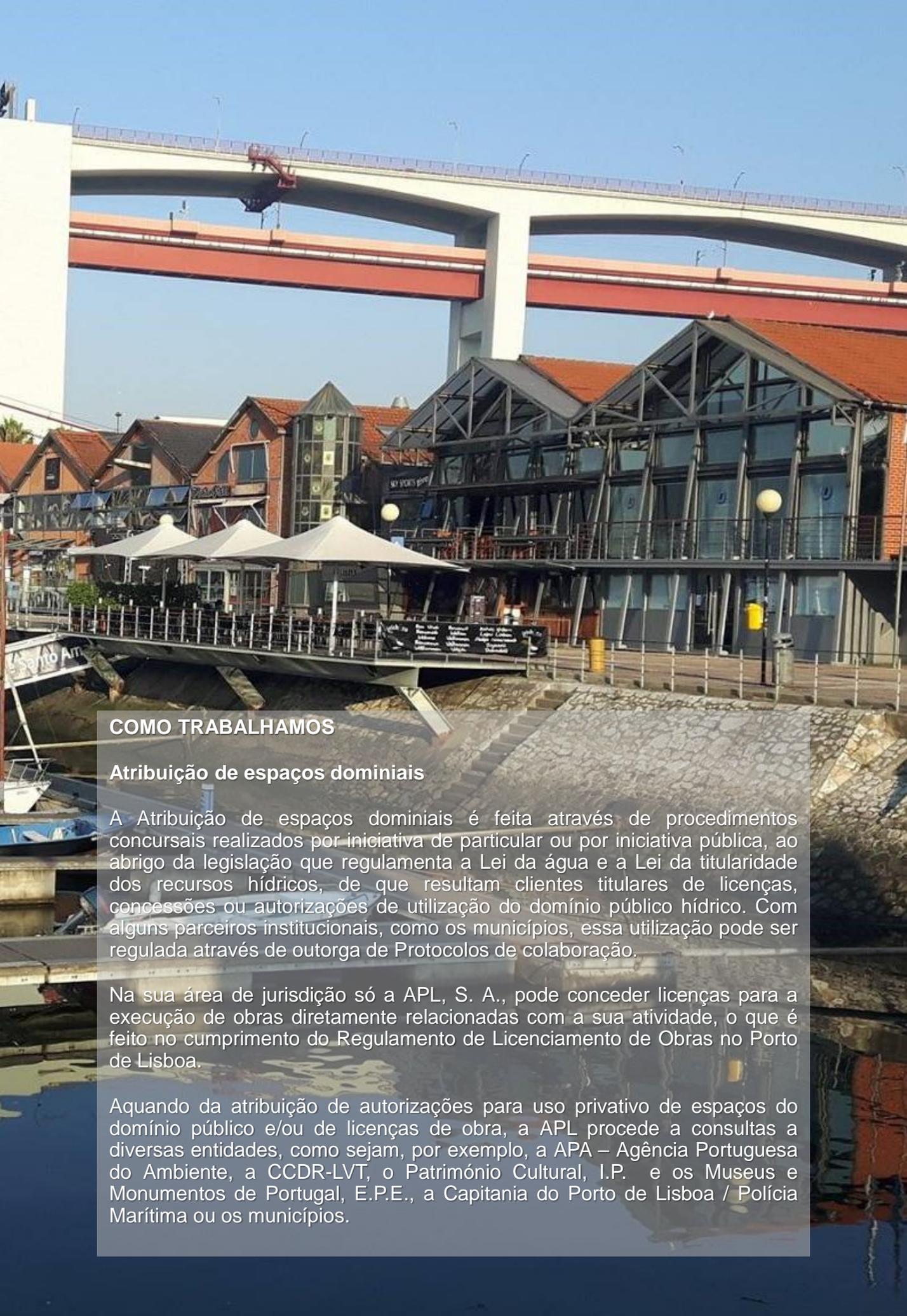


PNA - Plano Nacional das Artes e o WMF – World Monument Fund trouxeram ao Porto de Lisboa cerca de 80 alunos de três escolas da Área Metropolitana de Lisboa.

Gare Marítima de Alcântara recebeu tesouros de cinco dos mais importantes arquivos do país: o arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, o Arquivo Ephemera, o Centro de Documentação do Museu Industrial da Baía do Tejo, o Espaço Memória e o Arquivo da Fundação Amélia de Mello, sediados na “Cidade dos Arquivos”, no Barreiro.



O iGEN – Fórum Organizações para a Igualdade, organizou a conferência digital “Violência não é igualdade”, um debate sobre as medidas da luta contra a violência laboral e doméstica. O Porto de Lisboa integra esta entidade, criada a convite da CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e por um conjunto de organizações que promovem boas práticas, nesta área.



COMO TRABALHAMOS

Atribuição de espaços dominiais

A Atribuição de espaços dominiais é feita através de procedimentos concursais realizados por iniciativa de particular ou por iniciativa pública, ao abrigo da legislação que regulamenta a Lei da água e a Lei da titularidade dos recursos hídricos, de que resultam clientes titulares de licenças, concessões ou autorizações de utilização do domínio público hídrico. Com alguns parceiros institucionais, como os municípios, essa utilização pode ser regulada através de outorga de Protocolos de colaboração.

Na sua área de jurisdição só a APL, S. A., pode conceder licenças para a execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade, o que é feito no cumprimento do Regulamento de Licenciamento de Obras no Porto de Lisboa.

Aquando da atribuição de autorizações para uso privativo de espaços do domínio público e/ou de licenças de obra, a APL procede a consultas a diversas entidades, como sejam, por exemplo, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR-LVT, o Património Cultural, I.P. e os Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., a Capitania do Porto de Lisboa / Polícia Marítima ou os municípios.

3. UM FUTURO MAIS VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE



3. UM FUTURO MAIS VERDE, INTELIGENTE E RESILIENTE

De acordo com o Relatório ambiental sobre o transporte marítimo europeu, publicado em 2021, pela Agência Europeia do Ambiente e pela Agência Europeia da Segurança Marítima, o transporte marítimo representa 77% do comércio externo europeu e 35% de todo o comércio, em termos de valor, entre os Estados-Membros da UE.

Este relatório revela, ainda, que os navios produzem 13,5 % de todas as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) dos transportes na União Europeia, um valor que fica aquém dos das emissões dos transportes rodoviários (71 %) e da aviação (14.4 %), mas que não pode deixar de ser considerado significativo.

Apesar das políticas adotadas pelos Estados e do recurso à inovação tecnológica, o transporte marítimo continua a utilizar essencialmente combustíveis fósseis, fortemente emissores de dióxido de carbono e outros GEE, tendência que urge inverter para atingir os objetivos de combate às alterações climáticas assumidos no Acordo de Paris.



- ✓ Emissões de gases com efeito de estufa: no total, os navios que fazem escala em portos da UE e do Espaço Económico Europeu geraram 140 milhões de toneladas de emissões de CO₂ em 2018 (cerca de 18 % de todas as emissões de CO₂ geradas pelo transporte marítimo a nível mundial nesse ano).
- ✓ Poluição atmosférica: Em 2019, as emissões de dióxido de enxofre (SO₂) dos navios que fazem escala em portos europeus ascenderam a cerca de 1.63 milhões de toneladas, aproximadamente 16 % das emissões globais de SO₂ provenientes do transporte marítimo internacional.

3.1. Um passo em frente no firme compromisso com uma transição energética sustentada

Com a adesão ao UN Global Compact no final de 2022, a APL assumiu o firme compromisso de alinhar a sua estratégia, processos e operações, com os 10 Princípios que dão corpo a 4 áreas fundamentais de atuação responsável das empresas: direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção.

No ano de 2023, a APL focou a sua atuação, sobretudo, no *benchmark* de Redução das emissões de GEE com base científica, em conformidade com a trajetória de 1.5° C.

BENCHMARK

SCIENCE BASED EMISSIONS REDUCTION IN LINE WITH A 1.5° C PATHWAY



SDG IMPACT

3, 9, 12, 14, 15

TIMELINE

5-10 Years

SCOPE

Operations Products & Services Value Chain

in https://info.unglobalcompact.org/l/591891/2020-09-23/3f5m22/591891/213685/SDG_Ambition_SBTi_200923.pdf

Paralelamente, em julho de 2023, foi concluída a elaboração do Plano de Eficiência ECO.AP, de que se deu conhecimento à Comissão de Coordenação do Programa ECO.AP 2030, tendo sido iniciados os trabalhos para a sua implementação. Entre as medidas preconizadas, contam-se a produção de energia a partir de fontes renováveis, a substituição de equipamentos por equipamentos mais eficientes e de lâmpadas quer no interior dos edifícios, quer na iluminação pública, adotando-se a tecnologia LED, e a sensibilização para a alteração de comportamentos.

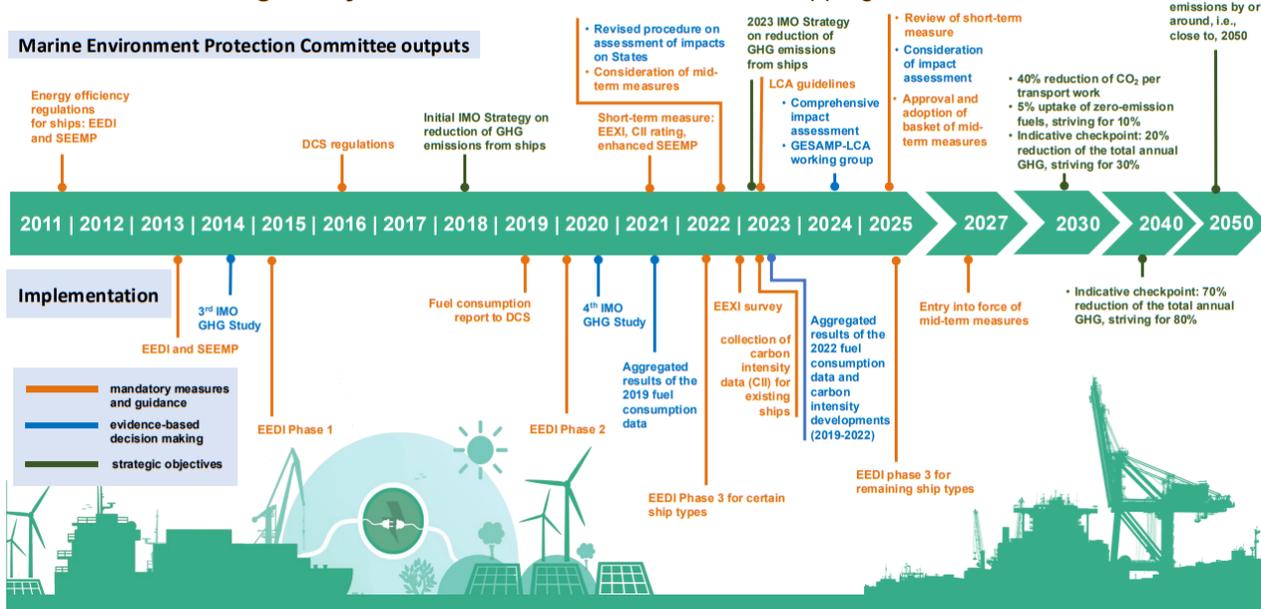
3.2. A Descarbonização no centro da atividade da APL

O ano de 2023 fica marcado pelo início dos trabalhos de elaboração do *Roadmap* para a transição energética e digital, que vai definir um portfolio de projetos e ações a desenvolver pela APL, com o objetivo de identificar as oportunidades e desafios que se colocam nas áreas da transição energética e da digitalização.

Os desafios dos portos na transição energética são, em primeira linha, balizados pela estratégia da Organização Marítima Internacional para redução das emissões de GEE do transporte marítimo, de 2023, e o Pacto Ecológico Europeu, que impõem metas ambiciosas, quer aos navios, quer aos portos, com *milestones* intercalares alinhadas com a urgência da ação, mas também por instrumentos nacionais, como sejam, Roteiro para Naturalidade Carbónica 2050 ou o Plano Nacional Energia e Clima 2030.

Addressing climate change

Timeline of IMO regulatory action to cut GHG emissions from shipping



[in https://www.imo.org/en/OurWork/Environment/Pages/Historic-Background.aspx](https://www.imo.org/en/OurWork/Environment/Pages/Historic-Background.aspx)

Pacto Ecológico Europeu

METAS INTERMÉDIAS PARA OS PORTOS E TRANSPORTE MARÍTIMO

❖ 2030 – Redução em 40% das emissões de GEE da UE, em comparação com 2005

MECANISMOS

- ❖ FuelEU Transportes Marítimos – Redução da intensidade das emissões de GEE da energia utilizada a bordo dos navios para um nível de 80% até 2050
- ❖ AFIR – Nos portos marítimos pelo menos 90 % dos navios de contentores e de passageiros deverão ter acesso à eletricidade da rede terrestre e nos portos de navegação interior, deve existir pelo menos uma instalação que forneça eletricidade da rede terrestre (até 2030)
- ❖ CELE - alargamento às emissões provenientes do transporte marítimo (introdução gradual entre 2024 e 2026)
- ❖ Energias renováveis – incorporação de fontes renováveis na matriz energética total de, pelo menos, 40% até 2030.



On-shore Power Supply

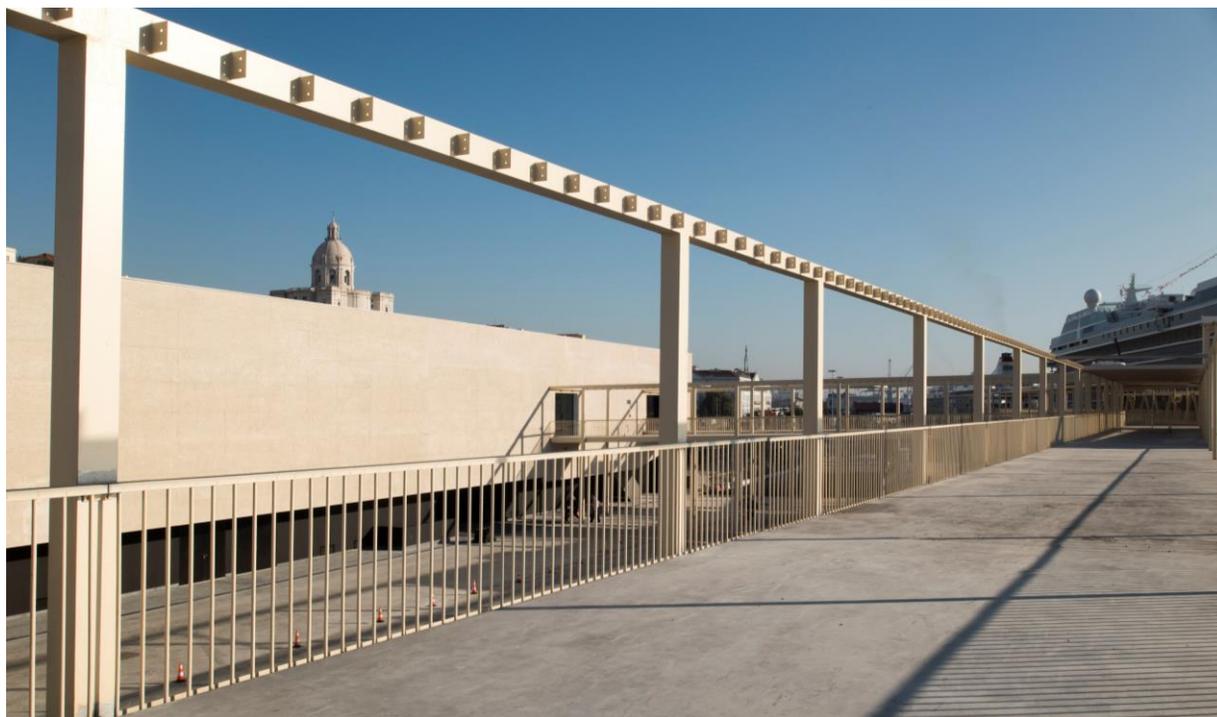
No ano de 2023, a APL logrou submeter a candidatura a financiamento através do Sustentável 2023 – Programa de Ação Climática e Sustentabilidade da 1.ª fase do projeto Abastecimento de Energia Elétrica Shore-to-Ship nos Terminais da Zona Oriental e no Terminal de Cruzeiros de Lisboa – OPS, e adjudicou à E-Redes, que detém a exclusividade da gestão da rede elétrica de serviço público, a execução do projeto e da obra da ligação em alta tensão (60KV) da rede nacional à subestação principal.

Esta ligação, caminho crítico para a implementação deste projeto, tem uma extensão de cerca de 4km, em zona urbana densamente povoada desenvolvendo-se entre o Alto de São João e Santa Apolónia, onde se localizará a subestação principal do sistema.

Tratando-se de uma intervenção com algum nível de complexidade foi criado em

2023, pelo então Ministro das Infraestruturas, um Grupo de Trabalho coordenado por um representante da tutela setorial, e cuja missão é promover e acelerar a concretização do projeto de OPS - Onshore Power Supply do Terminal de Cruzeiros de Lisboa, assegurando uma boa articulação entre as entidades envolvidas – APL, Câmara Municipal de Lisboa e E-Redes.

Este projeto emblemático, front runner dos portos portugueses, apresenta já uma elevada maturidade, e vai permitir a redução das emissões de GEE, a melhoria da qualidade do ar, a redução dos níveis de ruído, a proteção da vida marinha, entre outros. Estima-se, que seja possível reduzir em cerca de 77% as emissões de GEE dos navios acostados nos cais servidos pelo sistema OPS, sendo que, por si só o terminal de cruzeiros será responsável por uma redução superior a 60%.



Combustíveis alternativos

No ano de relato a APL estabeleceu um protocolo com a REPSOL para colaborar tecnicamente no projeto piloto de comercialização do produto MarPro e+ B20, um combustível desenvolvido pela REPSOL que contém 20% de componentes renováveis, não tóxicos e biodegradáveis. Com a utilização deste combustível espera-se obter uma redução de até 14% das emissões de CO₂, uma redução do consumo devido ao índice de cetano melhorado e uma redução à fricção devido ao alto poder lubrificante.

O combustível foi testado nas lanchas Torre de Belém, Baía de Cascais e Barra Norte, embarcações da frota marítima da APL, entre março e outubro, e tendo provado positivamente, o Conselho de Administração deliberou aprovar a continuação da utilização deste combustível.

Estima-se que a utilização deste combustível durante o período de 6 meses do teste piloto, nas três lanchas da frota marítima da APL, possa ter permitido, de acordo com os dados do fornecedor, uma redução das emissões de GEE associadas ao consumo de energia direta, da ordem dos 3.4%.



Foto: <https://apibarra.pt/>

Inspeções ambientais aos navios

Paralelamente, a APL procede à realização de inspeções ambientais aos navios que demandam o porto de Lisboa com o objetivo de verificar os tipos de combustível e os equipamentos de minimização de emissões instalados a bordo.

No ano de 2023 foram realizadas 38 ações inspetivas, mais 90% que no ano anterior.

Embarcações elétricas na náutica de recreio

A descarbonização da atividade da APL passa também pela procura de soluções mais sustentáveis para a náutica de recreio. Nesse sentido, na Doca de Santo Amaro, que em 2023 volta a receber o galardão atribuído pelo Programa Bandeira Azul, foi reservado um lugar de estacionamento exclusivamente para embarcações elétricas, alargando a oferta de serviços aos nautas, num gesto que pretende promover a consciencialização e as boas práticas ambientais.

Desde julho de 2023 que a Doca de Santo Amaro acolhe uma solução náutica autónoma e 100% sustentável, constituída por uma embarcação elétrica e uma doca de carga solar dedicada.



3.3. Objetivo: reduzir a utilização de recursos

Eficiência e consumos

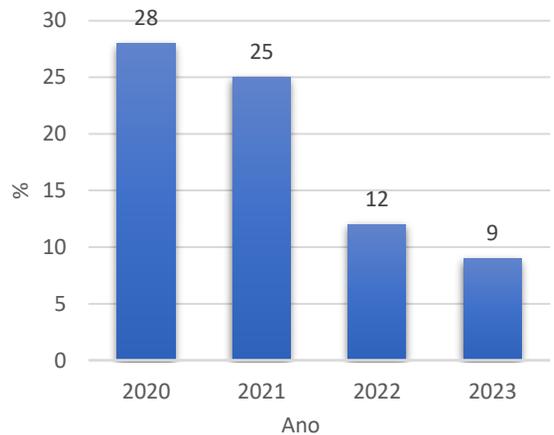
Ao longo dos anos, a APL tem vindo a apostar na otimização da utilização de equipamentos e na redução de consumos.

Combustíveis fósseis

A APL estabeleceu como objetivo, para 2023, reduzir o consumo de energia direta – combustíveis fósseis em 8% em relação ao ano de 2019 (ano de referência não afetado pela pandemia).

O consumo de combustíveis fósseis na APL caracteriza-se pelo consumo de gasóleo e gasolina nas frotas terrestre e marítima, utilizadas para deslocações em serviço, e de gás natural no edificado.

Redução do consumo de energia direta combustíveis fósseis (ano de referência: 2019)



Pode-se verificar uma forte redução de consumos nos anos afetados pela pandemia (2020 e 2021), seguido de uma redução cada vez menor nos dois anos seguintes (2022 e 2023) em que se verificou uma retoma gradual de todas as atividades. Ainda assim, em 2023, é possível observar uma redução de 9%, superior ao objetivo estabelecido.

Lâmpadas LED

Em 2023, 30.5% do total de lâmpadas instaladas nos edifícios de serviços e nos espaços públicos sob gestão da APL eram LED, correspondendo a aumento de 23.2% relativamente ao ano anterior.

Lâmpadas		2022	2023	Taxa de variação
Edifícios da APL				
Lâmpadas LED	n.º	709	923	30.2%
Total de lâmpadas	n.º	3053	2992	-2.0%
Iluminação Pública				
Lâmpadas LED	n.º	342	372	8.8%
Total de lâmpadas	n.º	1254	1248	-0.5%
TOTAL LÂMPADAS	n.º	4307	4240	-1.6%
TOTAL DE LÂMPADAS LED	n.º	1051	1295	23.2%
	%	24.4%	30.5%	-

A maior variação foi observada na substituição de lâmpadas nos edifícios de serviços da APL onde, ainda que tenha diminuído o número total de lâmpadas instaladas, houve um acréscimo de 30.2% no número de lâmpadas LED.

Para este acréscimo em relação a 2022 concorreram, sobretudo, a instalação e substituição de lâmpadas no Edifício VTS (+11%), no Edifício das Operações Marítimas (+629%), no ex-Edifício dos Pilotos na Doca do Bom Sucesso onde se localizam oficinas (+47%), no Escritório da Doca de Belém (+175%), no Escritório da Doca de Santo Amaro (+1300%), e a instalação de 25 lâmpadas LED (100%) no Escritório da Doca Bom Sucesso.

No que respeita à iluminação pública, em 2022 a iluminação nos passadiços das docas apresentava já uma elevada taxa de lâmpadas LED, a rondar os 82%, e que em 2023 passou para 88%, devido à substituição de 25% das lâmpadas nos equipamentos da Doca do Bom Sucesso (6 LED), de 6% nos equipamentos da Doca de Belém (3 LED) e 3% na Doca de Alcântara (3 LED).

No que refere aos arruamentos sob gestão da APL, foram substituídas 18 lâmpadas, correspondendo a um aumento de 15% no número de lâmpadas LED instaladas, que passaram a um total de 138 (14% do total).

Impressoras e impressão de documentos

Em 2023, foi estabelecido novo contrato de outsourcing de impressão, com a substituição total do parque instalado, e redução do número de impressoras, que passou de 27 para 21, em virtude de uma otimização da localização destes equipamentos partilhados. Foram adquiridas 3 impressoras simples a título definitivo, mantendo-se, ainda assim, a redução do efetivo total.

No que respeita à impressão, observou-se, também uma redução face ao ano anterior que resulta dos esforços de desmaterialização de documentos que a empresa tem vindo a implementar ao longo dos anos, e certamente também, de uma maior consciencialização dos colaboradores para a necessidade de reduzir o consumo de papel.

	P&B	Cor	Total	Variação		
2022	253 576	192 473	446 049	P&B	Cor	Total
2023	245 606	176 676	422 282	-3%	-8%	-5%

3.4. Preservar a riqueza natural: Proteger o Estuário e o Ambiente

A localização privilegiada do Porto de Lisboa, num dos maiores estuários europeus, que apresenta uma diversidade ecológica de interesse relevante, que lhe confere a existência de diversos estatutos de conservação da natureza, quer a nível nacional, quer a nível internacional, exige da APL um esforço redobrado na preservação dos ecossistemas em presença.

Nesse sentido, a APL executa, suporta, e facilita a execução por terceiros, de ações de estudo, monitorização ambiental e de preservação.

Caracterização de sedimentos e monitorização das dragagens

Ao longo do ano de 2023, a APL levou a cabo diversos estudos ambientais de suporte à realização de empreitadas, como sejam a caracterização de sedimentos no âmbito das dragagens de manutenção na Doca de Santo Amaro, e a monitorização ambiental das dragagens de manutenção nos locais sujeitos a dragagens e no local de imersão de dragados, no interior do estuário.

Dragagem de sedimentos na Doca de Santo Amaro

As docas de recreio, localizadas na margem direita do estuário funcionam como verdadeiras armadilhas para as partículas sólidas que são naturalmente transportadas na coluna de água as quais, ao sedimentarem, elevam o nível dos fundos e condicionam a navegação. Para repor os fundos ao nível desejado, a APL necessita de fazer dragagens regulares e, para tal, tem que conhecer previamente a qualidade dos sedimentos por forma a selecionar o destino mais adequado para os mesmos.

Em 2023, foi efetuada a caracterização de sedimentos na Doca de Santo Amaro, tendo-se concluído que apresentam contaminação vestigiária, a segunda de 5 classes, o que permite que, quando dragados, os sedimentos sejam imersos no meio aquático tendo em conta as suas características e o seu uso legítimo. No Porto de Lisboa, existem locais no interior do estuário onde as autoridades ambientais permitem a imersão destes sedimentos.



A monitorização ambiental das dragagens consiste, na maior parte dos casos, na recolha de amostras de água a várias profundidades nos locais de dragagem e de imersão de dragados, antes, durante e após as operações, por forma a identificar os impactes destas no meio aquático.

Em 2023 foram realizadas duas campanhas de monitorização, uma em tempo seco e outra em tempo húmido, tendo-se verificado que a generalidade dos parâmetros analisados se encontra em conformidade com a legislação. Durante as operações de dragagem observou-se, em alguns locais de dragagem junto a Alcântara, Santa Apolónia e ao VTS, e também na zona de imersão de Alcântara, um acréscimo no teor de sólidos suspensos. Contudo, tratou-se de um impacte temporário, uma vez existiu uma recuperação significativa da massa de água após as dragagens, com as análises a apresentarem valores similares ou inferiores aos valores obtidos antes das operações.

Monitorização ambiental da atividade de cruzeiros

Para conhecer o verdadeiro impacte da atividade de cruzeiros no Porto de Lisboa, a APL monitoriza a qualidade da água e a qualidade do ar no Terminal de Cruzeiros, em Santa Apolónia.



Para conhecer o verdadeiro impacto da atividade de cruzeiros no Porto de Lisboa, a APL monitoriza a qualidade da água e a qualidade do ar no Terminal de Cruzeiros, em Santa Apolónia.

No que respeita à qualidade da água, prosseguiu a monitorização iniciada em anos anteriores, com uma campanha efetuada em fevereiro de 2023, quando se encontravam atracados dois navios de passageiros, em que a generalidade dos parâmetros cumpre com os critérios para a boa qualidade da água, sendo as únicas exceções o zinco total, benzo(a)pireno, Benzo(ghi)perileno, Escherichia coli e enterococos intestinais. Ainda assim, os resultados obtidos indicam que, na generalidade, as atividades desenvolvidas neste terminal não influenciaram de forma significativa a qualidade da água nos locais amostrados, nem foram identificadas situações passíveis de alarme, aferindo-se ainda que a qualidade da mesma é influenciada pela forte hidrodinâmica que ocorre no estuário e/ou por outras fontes de pressão exógena a que esta massa de água está sujeita.

No que respeita à qualidade do ar efetuou-se a monitorização contínua em 4 locais no Terminal de Cruzeiros e zona envolvente, entre os meses de janeiro e agosto. Os valores dos poluentes registados foram inferiores aos critérios de avaliação definidos com base na legislação nacional. É de referir que os valores medidos na envolvente do Terminal de Cruzeiros são resultado das emissões das atividades desenvolvidas no próprio terminal, mas também de outras fontes existentes, nomeadamente o tráfego rodoviário e outro tráfego marítimo, e ainda, no que respeita às partículas em suspensão, outras atividades como a construção civil, fontes domésticas e o transporte a partir de outras localizações por eventos naturais, como o transporte de massas de ar do Norte de África.

Índice de Qualidade do Ar

O “Índice de Qualidade do Ar” é um indicador que traduz o estado da qualidade do ar ambiente no território nacional. Através de uma classificação expressa segundo uma escala de cores, atribuída de acordo com os seus resultados, permite orientar o cidadão de forma a adequar os seus comportamentos e ações no sentido da proteção da saúde humana, especialmente dos grupos mais sensíveis da população. (in <https://rea.apambiente.pt/content/%C3%ADndice-de-qualidade-do-ar>).

Os resultados do cálculo diário deste índice para o Terminal de Cruzeiros, indicam para todos os locais de medição, classificações maioritariamente de “Bom” e/ou “Muito Bom” e, pontualmente de “Médio”. A classificação de “Fraco” foi obtida apenas em 4 dias nos 8 meses de monitorização, dos quais, em apenas em dois se observou a estadia de navio em porto, o que indicia um reduzido impacto da atividade de cruzeiros na qualidade do ar na cidade de Lisboa.

Controlo das águas de lastro

A ocorrência de espécies exóticas e invasoras em meios marinhos com origem nas águas de lastro dos navios, trata-se de uma das quatro grandes ameaças aos oceanos do mundo, com impacto negativo sobre a biodiversidade, e em consequência sobre a socioeconomia, nomeadamente ao nível da pesca, do turismo e da saúde humana. Para combater este flagelo, a Organização Marítima Internacional adotou, em 2004, a Convenção Internacional para o Controlo e Gestão das Águas de Lastro e Sedimentos dos Navios, que foi aprovada, para adesão, pelo Governo português, entrando em vigor em janeiro de 2018.

Neste contexto, a APL procede à verificação documental da movimentação das águas de lastro, através de questionário respondido na JUL. Em 2023, ainda que tenha havido um aumento do número de navios de cerca de 6.9%, verificou-se uma redução da ordem dos 32% no número de questionários respondidos. Todavia, essa redução está em linha com a redução do número de navios com movimentação de lastro (33%), sendo de notar que a maioria destas operações foram de lastro (71%) tendo-se invertido a tendência do ano anterior.

Movimentação de águas de lastro no Porto de Lisboa

		2022	2023	Taxa de variação
N.º de navios		2 091	2 236	6.9%
Questionários respondidos	n.º	238	162	-31.9%
	%	11%	7%	-
Navios com movimentação de lastro	n.º	237	159	-32.9%
	%	11%	7%	-
Movimentação de lastro	(t)	589 772	497 386	-15.66%
Deslastro	(t)	410 007	146 660	-64.2%
	%	70	29	-
Lastro	(t)	179 764	350 726	95.1%
	%	30	71	-

Biodiversidade

No final do ano de 2022, foram realizadas obras de reabilitação da estaca montante do Pontão SIGMA, de apoio à atividade piscatória na Trafaria, que tinha colapsado. Aquando do colapso, verificou-se a existência de um núcleo populacional de cavalos-marinhos. A recolha dos indivíduos para alojamento temporário no Oceanário de Lisboa, numa operação coordenada pelo ICNF, foi viabilizada pela APL, assim como, já em 2023, após a conclusão das obras, a sua devolução ao meio natural.

Com a realização dos Encontros na Marina de Lisboa, seminários organizados anualmente, e que no ano de 2023 discutiu o tema “Conhecer para respeitar o estuário do Tejo”, a APL assume a responsabilidade de, em conjunto com diversos parceiros, trazer para a discussão pública os temas da conservação da natureza no estuário do Tejo.

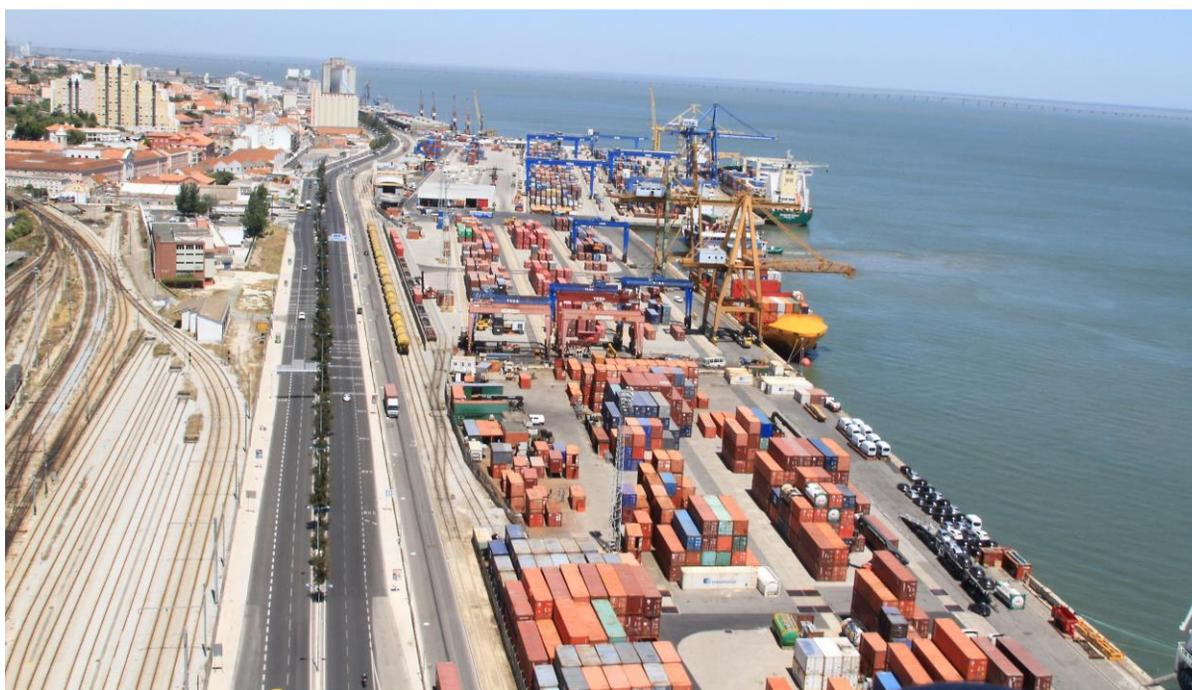
Economia circular

O papel dos portos na Economia Circular apresenta-se em três vertentes, como *hubs* das indústrias de reciclagem, como consumidores e como atores na gestão de resíduos e de outros materiais. Neste âmbito a APL atua em diversas áreas que vão desde a formação dos seus colaboradores, até à gestão de resíduos, passando pela inclusão de condições de relativas a boas práticas nesta matéria aquando da atribuição de espaços ou ad execução de empreitadas.

Em 2023, para além da gestão ambiental dos navios, no âmbito da qual se procede à recolha seletiva e encaminhamento dos resíduos gerados a bordo, da disponibilização de equipamentos para disposição separativa dos resíduos produzidos nas docas de recreio e nos edifícios administrativos, a APL procedeu também à recolha de lixo marinho na área portuária, nomeadamente, à remoção de troncos, pneus e outros detritos que se encontravam no plano líquido.

No âmbito da regeneração de recursos, a APL tem vindo a participar desde 2007, ao abrigo de sucessivos protocolos estabelecidos com as entidades que gerem a orla costeira, na alimentação artificial das praias da frente atlântica do município de Almada, através da cedência das areias dragadas na zona da entrada do porto de Lisboa, contribuindo assim para a manutenção das profundidades operacionais desse canal e para a melhoria das condições de proteção naquela frente atlântica, e assegurando a manutenção de um recurso escasso no sistema morfodinâmico das barras do Tejo.

O volume de areias colocadas nas praias localizadas entre a Costa da Caparica e São João da Caparica, ascende já a 4 500 000m³. No ano de 2023, foram reutilizados para alimentação das praias adjacentes ao estuário, 99 492 m³ de areias, mais 123% que no ano anterior.



4. O PORTO E AS PESSOAS



4. O PORTO E AS PESSOAS

O Porto de Lisboa desempenha um papel crucial não só como centro vital para o comércio e transporte marítimo, mas também como um agente determinante na promoção da sustentabilidade social. Ao longo dos anos, a APL tem reforçado o compromisso com as comunidades locais, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável da sua atividade depende da inclusão e da responsabilidade social.

Desde a sua fundação, o Porto de Lisboa tem sido um ponto de convergência cultural e económica, enriquecendo não apenas a cidade, mas toda a região. Hoje, este compromisso vai para além do crescimento económico, abrangendo também o bem-estar das comunidades.

Neste capítulo, exploramos as iniciativas e programas que a APL tem implementado para promover a sustentabilidade social. Desde projetos educacionais que promovem o desenvolvimento de competências nas gerações futuras, até programas de inclusão que visam melhorar a qualidade de vida dos residentes locais, a APL está empenhada em ser um agente de mudança positiva. Serão, ainda destacadas, a importância das parcerias com organizações da sociedade civil e instituições locais, que têm ampliado o impacto das iniciativas da APL. Através do diálogo contínuo e da colaboração ativa, procuramos construir um futuro onde a sustentabilidade social seja uma realidade para todos.

4.1. Diversidade social: *stakeholders* internos e externos

A APL tem um conjunto vasto e diversificado de *stakeholders*, quer internos, quer externos. A relação e a comunicação fluida, clara e transparente com todas as partes interessadas é determinante para a eficácia da atuação da APL enquanto autoridade e administração portuária, uma vez que a qualidade dos serviços prestados no Porto de Lisboa depende do envolvimento de todos.

GRUPOS DE STAKEHOLDERS DA APL



* ÁREAS DE NEGÓCIO

A APL dispõe de diversos canais de comunicação com os seus *stakeholders* por forma a garantir a sua informação e auscultação regular, atempada, acessível e transparente, e responder às suas preocupações e expectativas.

CANAIS UTILIZADOS PARA COMUNICAÇÃO COM OS STAKEHOLDERS DA APL



4.2. Valorização dos colaboradores

Igualdade de género

Em 2023, a APL alcançou marcos significativos na promoção da igualdade de género, sendo reconhecida nacionalmente.

Através do programa acelerador Target Gender Equality da Global Compact Network Portugal, iniciativa que conta com o apoio de entidades governamentais e não governamentais, como a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), a APL subscreveu a Meta Nacional para a Igualdade de Género, comprometendo-se a ter 40% dos cargos de decisão ocupados por mulheres até 2030.

Com este compromisso a APL pretende contribuir para o ODS 5 – Igualdade de Género, tendo recebido a distinção de "empresa bandeira" nesta área.

Meta Nacional para a Igualdade de Género

Porto de Lisboa, rumo à meta nacional.

Mais do que grandes mudanças, importa mudar mentalidades, importa agir individualmente e como empresa rumo à efetiva igualdade de género e não discriminação.

O Porto de Lisboa conta com 136 anos de atividade, acompanhou muitas mudanças sociais e laborais ao longo da sua história, sendo hoje uma organização de reconhecido respeito pela igualdade de género, pela diversidade e pela inclusão, integrando estes princípios nos seus valores, na sua conduta e na definição das suas políticas de gestão. Com efeito, não importa a origem familiar, a ideológica, a condição física, o sexo, a orientação sexual ou a identidade de género, importa a Pessoa, importam as nossas pessoas, o seu desenvolvimento pessoal a sua integração na empresa.

Reconhecemos que podemos sempre fazer mais, e por isso assumimos este compromisso rumo à meta nacional, que é mais um passo na já continua adoção de práticas igualitárias, agora com especial ênfase no desenvolvimento de condições favoráveis a uma maior participação das mulheres em cargos de responsabilidade e decisão no seio da nossa organização.

Carlos Alberto do Maio Correia - Presidente do Conselho de Administração da APL

In: <https://static1.globalcompact.pt/index.php/pt/collective-actions/meta-nacional-para-a-igualdade-de-genero?view=article&id=382&catid=2>



Exercícios de sobrevivência e salvamento dos pilotos

Durante 2023, a Administração do Porto de Lisboa realizou diversas atividades de treino de pilotos no alto mar, com o objetivo de aumentar a prontidão e a capacidade de resposta em situações de emergência marítima. Estes treinos foram executados em colaboração estreita com a Autoridade Marítima Nacional (AMN) e com o apoio técnico do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN).

Os programas de treino incluíram exercícios de salvamento marítimo, simulações de emergência e manobras complexas de navegação e resgate, proporcionando aos pilotos uma experiência prática e robusta em condições reais de mar. Um dos principais focos foi a segurança individual e coletiva das tripulações, que receberam formação intensiva em procedimentos de emergência e utilização de equipamentos de segurança.

Em março de 2023, foi realizado um exercício significativo na entrada do Porto de Lisboa, onde foram testadas as capacidades dos meios de salvamento marítimo. Este evento demonstrou a eficácia do plano de formação e a melhoria das competências dos pilotos e tripulações envolvidas. Estas iniciativas fazem parte de um esforço contínuo da APL para garantir a segurança e a eficiência das operações portuárias, enquanto contribuem para a sustentabilidade das suas atividades, mantendo um elevado padrão de prontidão e proteção ambiental.



Profissões na APL

O que faz um Fiscal de Obras

Um fiscal de obras acompanha e fiscaliza as obras executadas pela APL.

Para isso, estuda e analisa os projetos para conhecer em detalhe os trabalhos a executar, e analisa o planeamento e os processos de construção fornecidos pelos empreiteiros e delinea as tarefas de acompanhamento das obras.

Estuda os cadernos de encargos para ter uma visão clara das obrigações dos empreiteiros e verifica no local a execução dos trabalhos e está presente nas reuniões de obra.

Faz a quantificação dos trabalhos executados pelos empreiteiros para controlo faturação.

O que faz uma Técnica superior de SST

Trata-se de profissional que organiza, desenvolve, coordena e controla as atividades de prevenção de proteção contra riscos profissionais.

Entre as suas funções destaca-se, nomeadamente, a elaboração da avaliação dos riscos e respetivos relatórios, análise da sinistralidade, elaboração dos processos de consulta e participação dos trabalhadores nas questões de segurança e saúde no trabalho, colaboração na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como, na conceção e desenvolvimento do programa de formação para a promoção da segurança e saúde no trabalho.

O que faz uma Técnica superior de SST

Um urbanista na APL acompanha a elaboração, alteração e revisão dos planos e programas de ordenamento do território que abrangem os 11 concelhos da jurisdição portuária, fornecendo informação e emitindo pareceres.

Analisa o enquadramento dos projetos nos planos e programas de ordenamento e avalia as condicionantes e restrições e acompanha a elaboração de projetos de ordenamento portuário e respetivas acessibilidades.

Acompanha e assegura o contacto com as autarquias relativamente a projetos de interesse comum e protocolos, com relevância para a relação portuária, como sejam, por exemplo, a pista ciclável ou os parques ribeirinho.

Uma técnica superior da contratação pública

Um técnico superior da contratação pública, ao receber as especificações técnicas para uma aquisição de bens ou serviços, faz o enquadramento da mesma no Código da Contratação Pública e seleciona o procedimento mais adequado.

Prepara as peças do procedimento e lança o mesmo na plataforma eletrónica de contratação.

Integra os júris de análise das propostas na qualidade de Presidente, no âmbito do que, faz a análise das propostas e se necessário solicita esclarecimentos aos concorrentes e elabora os relatórios e propostas de adjudicação.

Elabora as minutas de contrato que submete ao CA e promove a sua assinatura após a verificação da documentação de habilitação exigida.

O que faz um Topógrafo

As principais responsabilidades de um topógrafo incluem os levantamentos topográficos, cartografia e mapas, georreferenciação, monitorização de estruturas, obras e construções e colaboração interdisciplinar com as diferentes áreas.

Numa perspetiva tecnológica utiliza equipamentos e software avançados de topografia, como GPS e sistemas de informação geográfica, para recolha e análise de dados.

O que faz uma Técnica superior da Comunicação

No âmbito da Comunicação, colabora na execução do Plano Anual de Comunicação e de Media, com a utilização dos vários suportes e ferramentas disponíveis online e offline. Gere os patrocínios e apoios que a APL atribui no âmbito das suas responsabilidades e assegura a gestão da comunicação com os Órgãos de Comunicação Social. Organiza e acompanha eventos institucionais e assegura a representação da APL em várias ações de relações públicas. Promove e acompanha visitas ao porto de Lisboa e faz visitas guiadas com estabelecimentos de ensino às gares da Rocha e Alcântara.

No âmbito dos Eventos faz a gestão dos pedidos de clientes para o aluguer de espaços da APL para a realização de eventos/filmagens/sessões fotográficas com a respetiva gestão de toda a comunicação e logística (fornecimento de energia, vigilância, limpeza, etc)

4.3. Valorização das comunidades

A envolvente socioeconómica e ambiental do Porto de Lisboa, exige da APL uma atitude proativa no relacionamento porto-cidade e com os cidadãos.

No que respeita à integração porto-cidade, o ano de 2023 foi marcado por diversas iniciativas e investimentos de melhoria das infraestruturas. São de destacar a continuação da concretização do Ocean Campus e a intervenção no Polo Náutico de Belém.

Ocean Campus

O ano de 2023 foi marcado por um considerável avanço na implementação do Plano Estratégico do Ocean Campus, com o qual se pretende reabilitar e renovar uma vasta frente com cerca de 64 hectares, nos municípios de Lisboa e Oeiras, alavancando o desenvolvimento da Economia Azul em Portugal num quadro de investigação e de inovação empresarial suportado numa forte aposta na área do conhecimento e na criação de emprego.

Neste âmbito, foi concluída, com a Câmara Municipal de Lisboa, a delimitação da Unidade de Execução da Doca de Pedrouços, e a outorga do contrato de concessão que permitirá à edilidade construir, neste espaço o Hub do Mar de Lisboa.



Polo Náutico de Belém

A intervenção no espaço do Pólo Náutico de Belém, iniciada no ano de 2023, têm um impacto significativo na sustentabilidade e na qualidade de vida dos utilizadores e da comunidade em geral.

Entre estas melhorias destacam-se a promoção da mobilidade sustentável, com a instalação de suportes para bicicletas e uma ciclovia, incentivando o uso de meios de transporte não poluentes e reduzindo as emissões de gases poluentes. Além disso, são criados espaços de estadia, circuitos pedonais, áreas de recreio e lazer, bem como instalações como papeleiras e floreiras, que promovem encontros e convívio entre os utilizadores, fortalecendo a coesão social e o bem-estar comunitário.

A segurança e acessibilidade são melhoradas com a redefinição de limites e vedações, e a melhoria das infraestruturas elétricas e de iluminação, garantindo um acesso mais seguro e inclusivo a todas as áreas do Pólo Náutico de Belém. A sensibilização ambiental dos utilizadores deste espaço também é promovida através da reorganização das áreas de depósito de resíduos sólidos urbanos, com a instalação de ecopontos e oleões, incentivando a separação correta dos resíduos e educando a comunidade sobre práticas sustentáveis e preservação ambiental.

Por fim, a preservação e requalificação do espaço como local de interesse histórico e cultural contribuem para valorizar o património local, promovendo a identidade regional e enriquecendo a experiência dos visitantes.

Estas melhorias não apenas beneficiam os utilizadores diretos do espaço, mas também têm um impacto positivo na comunidade em geral, promovendo a sustentabilidade social e melhorando a qualidade de vida no Pólo Náutico de Belém.

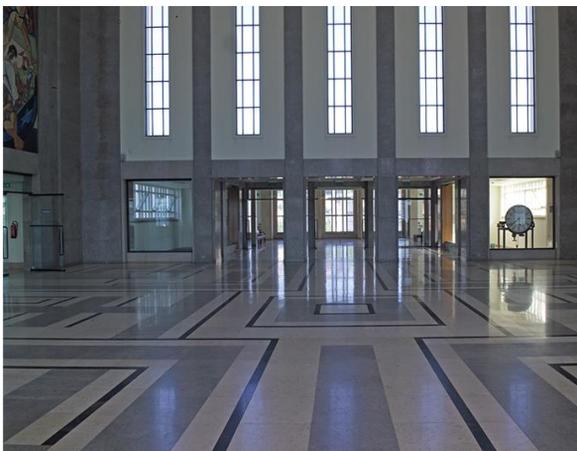
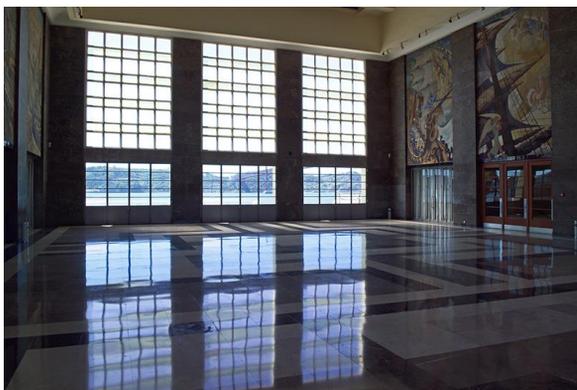
Obra de Vhils e livro de Ferreira Fernandes

Aquando da comemoração dos 136 anos do Porto de Lisboa, a APL apresentou duas obras que homenageiam os refugiados da Segunda Guerra Mundial que, a partir de meados de 1940, encontraram na capital portuguesa o único porto europeu aberto a recebê-los: uma criação de Vhils, inspirada numa fotografia de Roger Kahan, fotógrafo e refugiado francês judeu, que encontrou no Porto de Lisboa o último cais na fuga à guerra, e o livro de Ferreira Fernandes “O Cais da Europa, Roger Kahan, refugiado, fotógrafo – Lisboa, 1940”, integrado nos cadernos do Arquivo do Porto de Lisboa.



Painéis de Almada Negreiros

O ano de 2023 marcou o arranque das obras de reabilitação da Gare Marítima da Rocha Conde d'Óbidos e do restauro dos painéis de Almada Negreiros, de enorme relevância cultural e social, no âmbito do protocolo de colaboração assinado entre a Administração do Porto de Lisboa e o WMF-World Monuments Fund Portugal. Este protocolo surge na sequência da candidatura da APL, em conjunto com diversas entidades (o Laboratório Hércules da Universidade de Évora, o Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, a Associação Almada Negreiros Sarah Affonso e a empresa Nova Conservação S.A.), ao Programa "Watch 2022" do World Monuments Fund, que selecionou as Gares Marítimas de Lisboa como um dos 25 sítios patrimoniais que merecem atenção e apoio por parte do WMF.



Porto aberto à comunidade

A aposta da APL na proximidade do Porto de Lisboa com as comunidades locais, passou em 2023 pelo programa "Porto de Lisboa aberto às escolas" direcionado para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário de todo o país. Este programa engloba a vertente curricular das disciplinas de Geografia, História e Português, e ainda visitas comentadas aos painéis do pintor Almada Negreiros nas Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha que contaram com um total de 1.137 visitantes. Estas visitas foram constituídas por grupos de particulares, instituições e alunos oriundos de escolas não só da região de Lisboa e Vale do Tejo, como também de Caldas da Rainha e Peniche.

Em 2023 foi dada continuidade à parceria com a Câmara Municipal de Lisboa no âmbito de visitas culturais promovidas por esta entidade a locais icónicos da cidade, entre eles, as gares marítimas e as visitas comentadas aos painéis de Almada Negreiros, que dão resposta ao interesse crescente dos cidadãos por este património.

O Porto de Lisboa vem registando interesse crescente, não só pela referência histórico-geográfica que representa, como também pela multiplicidade e importância económica das atividades que se desenvolvem em ambas as margens do Tejo .

Destacam-se assim as visitas de estudo de várias universidades, com ênfase no setor dos Terminais e Logística, as quais trouxeram ao Porto de Lisboa 423 alunos oriundos de vários países como Espanha, França, Estados Unidos da América, Reino Unido, Moçambique e Angola. As visitas relacionadas com a Segurança trouxeram à Torre VTS 59 visitantes oriundos da Formar, Curso de Contramestres e Mecânica Naval e formandos da GNR.

Durante o ano de 2023 foram, também, várias as atividades desenvolvidas e direcionadas para a comunidade e para a sua consciencialização ambiental.

Manteve-se o apoio ao projeto Observatório Golfinhos no Tejo na Torre VTS, o primeiro programa de monitorização a partir de terra sobre a ocorrência de cetáceos no estuário do Tejo, e que resultanta de uma parceria entre o Porto de Lisboa a ANP|WWF o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente e o ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, tendo por objetivo perceber padrões espaciais e sazonais de utilização do estuário por parte de cetáceos, como o golfinho comum.

As comemorações do 136º Aniversário do Porto de Lisboa ofereceram à população um vasto programa de atividades que passaram por visitas à Torre VTS; às Gares Marítimas e aos painéis de Almada Negreiros; ao Terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia; ao Terminal de Contentores de Santa Apolónia; ao Observatório de Golfinhos do Tejo; ao Arquivo dos Portos de Lisboa Setúbal e Sesimbra; Passeios na Caravela Vera Cruz. A encerrar as comemorações o Tejo recebeu a maior regata anual, a Regata Troféu Porto de Lisboa.



5. UMA GOVERNAÇÃO COM FUTURO



5. UMA GOVERNAÇÃO COM FUTURO

5.1. O Órgão de Gestão

A estrutura do modelo de governo societário definida para a APL assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização da empresa, e pode ser consultada, assim como a composição e competências dos diversos órgãos sociais, em <https://www.portodelisboa.pt/orgaos-sociais>.

O Conselho de Administração é composto por um presidente, Carlos Alberto do Maio Correia, e quatro vogais, Carla Maria Lamego Ribeiro, Isabel Sofia de Moura Ramos, Ricardo Jorge de Sousa Roque e António Hugo Lindo Santos Caracol, que exercem funções em regime de acumulação no Conselho de Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (Decreto-Lei.º15/2016, de 9 de março).

A autonomia de gestão dos Conselho de Administração das empresas do Setor Empresarial do Estado, como é o caso da APL, S.A. está fixada legalmente através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual. A avaliação do desempenho dos titulares dos órgãos de gestão é efetuada nos termos estabelecidos no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei.º71/2007, de 27 de março, e subseqüentes alterações) através da avaliação do cumprimento dos objetivos fixados nas orientações previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como dos critérios definidos em Assembleia-Geral.

PELOUROS

Presidente

Carlos Correia

Auditoria Interna e Qualidade
Negócio Portuário e Logística
Infraestruturas e Engenharia



Vogal

Carla Ribeiro

Gestão Financeira
Gestão de Recursos Humanos
Contratação e Logística Corporativa

Vogal

Isabel Moura Ramos

Sistemas de Informação
Estudos e Planeamento
Comunicação

Vogal

Ricardo Roque

Secretária Geral, Segurança,
Pilotagem e Operação Portuária

Vogal

António Caracol

Desenvolvimento do Território
Turismo Marítimo.

5.2. O foco na Sustentabilidade

Ciente de que os esforços em prol do respeito pelos Direitos Humanos, pelas Práticas Laborais justas, pela Proteção Ambiental e pelo Combate à Corrupção têm que ser escalados, no final de 2022, a APL aderiu à rede portuguesa do UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade, que remonta a 2007, aquando da publicação da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da APL.

Com esta adesão, a APL pretende alinhar a estratégia da empresa com os 10 Princípios e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sinalizar esta prática junto dos seus *stakeholders*, convidando-os e incentivando-os, a prosseguirem o caminho da sustentabilidade.

Principais ODS impactados pela atividade da APL, S.A.



O ano de 2023, foi marcado pela capacitação da equipa, e, como já referido em capítulos anteriores, pelo trabalho de alinhamento com dois importantes *benchmarks*: Igualdade de género a todos os níveis de gestão e Redução das emissões de GEE com base científica, em conformidade com a trajetória de 1.5º C.

No dia 25 de setembro, Dia Nacional da Sustentabilidade, a APL mostrou publicamente este compromisso nas suas redes sociais.



5.3. Palavra chave: Inovação

Em 20 de novembro de 2023, a APL lançou o seu Programa Acelerador de Inovação na Economia Azul, o Tagus Innov, com a colaboração do Fórum Oceano.

TAGUS INNOV

O objetivo deste programa é criar o ecossistema de inovação do Porto de Lisboa, onde diferentes *stakeholders* são centrais para o desenvolvimento de soluções que acrescentem valor em três verticais: Smart & Green, Mobilidade e Porto-Cidade.



Pretende-se criar no porto de Lisboa um laboratório vivo para a experimentação e escalonamento de novas tecnologias, produtos e serviços que ajudarão os portos a assumir mais rapidamente o seu papel de integrador de uma economia descarbonizada, digital e circular.

A APL contou, desde logo, no dia do lançamento do programa, com dois importantes parceiros: a Wincredible, start-up que vai testar no porto de Lisboa uma turbina eólica vertical urbana para aumentar a produção e o consumo de energia renovável em zonas portuárias, e o Porto de Barcelona, com o qual se pretende estabelecer um intercâmbio e troca de experiências, com provas de conceito e testes pilotos em ambos os portos.





5.4. Os grandes desafios de 2023

O ano de 2023 foi marcado por uma série de desafios para Portugal, refletindo tanto as tendências globais quanto as particularidades nacionais, onde se destaca a incerteza política provocada com a demissão do primeiro-ministro a 7 de novembro e consequente dissolução, a prazo, da Assembleia da República, e que se fizeram sentir em diversas áreas.

Em 2023, a economia portuguesa enfrentou um cenário de incertezas. A crise inflacionista que vinha desde o início da invasão da Ucrânia, que se agudizou com o conflito israelo-palestiniano, continuou a pressionar o poder de compra dos portugueses. O aumento dos preços da energia e dos alimentos afetou significativamente as famílias e as pequenas e médias empresas, ao que acresce a demora na recuperação económica pós-pandemia, afetando diretamente o crescimento do PIB.

O desemprego, principalmente entre os mais jovens, o elevado custo da habitação, e os conflitos laborais, entre outros, marcaram o panorama de socioeconómico do país no ano de 2023. Paralelamente, em 2023, o país enfrentou uma das piores secas das últimas décadas, que afetou gravemente a agricultura e condicionou alguns setores da economia.

As questões de sustentabilidade, sobretudo as alterações climáticas e a transição energética, continuaram na agenda da política nacional e das empresas.

No caso dos portos e do transporte marítimo, o ano de 2023 foi marcado, não só pela agenda europeia, com a adoção de várias normas concorrentes para o Objetivo 55, para descarbonização da economia europeia em linha com o Pacto Ecológico Europeu, mas também, pela adoção da estratégia da Organização Marítima Internacional para redução das emissões de GEE do transporte marítimo.

É neste contexto que se desenvolveu a atividade da APL em 2023, e que em termos de sustentabilidade de deram passos significativos para o alinhamento com as metas nacionais e internacionais.

5.5. Desempenho operacional em 2023

A atividade portuária do porto de Lisboa em 2023, manteve-se estável comparativamente a 2022, depois de nos últimos anos se ter assistido a uma assinalável recuperação, que surge após um período de forte retração económica aliada a um período de forte conturbação laboral relacionada com os estivadores, que aparenta estar mais suavizada.

É de assinalar o aumento em 9.3% do número de escalas e em 15.3% da tonelagem bruta, em relação aos valores registados no ano anterior.

Navios entrados no Porto de Lisboa

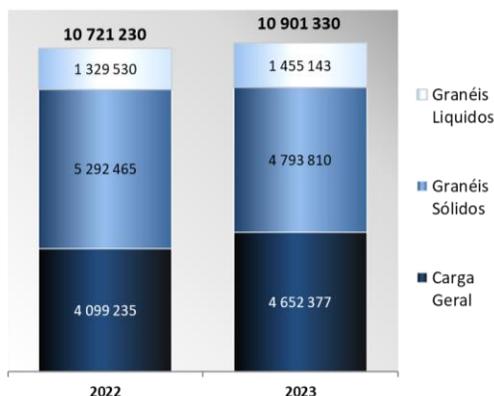
	2022	2023	Taxa de variação
Número de escalas	2 045	2 236	9.3%
Navios de carga	1 548	1 662	8.7%
Navios de passageiros (*)	325	345	6.2%
Outros navios	172	209	21.5%
Tonelagem Bruta (GT)	45 6790352	52 660 850	15.3%
GT Médio	22 337	23 551	5.4%

(*) Nota: Pode incluir navios de passageiros que não são de cruzeiro, nomeadamente navios-escola e navios em escala técnica

Ainda assim, é de assinalar um crescimento relevante na carga contentorizada e do número de passageiros de cruzeiros.

O tráfego de carga no Porto de Lisboa apresentou uma variação global positiva, de 1.7%, traduzindo-se num aumento na ordem das 180 000 toneladas movimentadas, em comparação com o ano de 2022.

Evolução da Movimentação de Carga no Porto de Lisboa (toneladas)



Para este resultado contribuiu, sobretudo, o crescimento da carga geral movimentada, com um aumento de 13.5% relativamente ao ano transato, em linha com o crescimento verificado na movimentação de carga contentorizada. Refira-se que, no ano de 2023, todos os segmentos de carga, com exceção dos granéis sólidos, apresentaram variações positivas.

Índice Global de Desempenho Portuário de Contentores (CPPI - Container Port Performance Index)

O Porto de Lisboa subiu 99 posições no ranking internacional dos portos de contentores mais eficientes, em 2023, avaliados pelo CPPI, fruto, em grande parte, de recentes investimentos realizados pela Yilport no Terminal de Contentores de Alcântara. Este índice divulgado Banco Mundial e pela S&P Global Market Intelligence, compara dados de 405 Portos a nível mundial, tendo todos um mínimo de 24 escalas anuais de navios porta-contentores.

O Porto de Lisboa alcançou o 121º lugar no ranking regional Europa e Norte de África de portos de contentores, que resulta de uma subida de 99 posições face a 2022 (era 220º) e corresponde a uma melhoria de 45% no índice CPPI, sendo classificado como o porto nacional mais eficiente.

Também, a nível mundial, o Porto de Lisboa conquistou o 134º lugar do ranking de eficiência IPPC, subindo 82 lugares relativamente ao 216º posto de 2022, o que correspondente a uma melhoria de 38% no índice de eficiência CPPI.

No que respeita à atividade de cruzeiro, o ano de 2023 foi um ano de plena recuperação e consolidação da atividade de cruzeiros no Porto de Lisboa, tendo mesmo alcançado um crescimento em níveis superiores aos registados antes do período pandémico.

Foram registadas 347 escalas de navios de cruzeiro - das quais 211 em trânsito, 29 em *interporting*, e 107 em *turnaround*, o maior número de sempre – e 758 mil passageiros - sendo 204 mil em *turnaround* e 554 mil em trânsito – o que correspondeu a um crescimento de 6% em termos de escalas e de 54% ao nível dos passageiros, face a 2022.

MOVIMENTAÇÃO NA ATIVIDADE DE CRUZEIROS



ESCALAS DE NAVIOS DE PASSAGEIROS

2022	2023
327	347

TOTAL DE PASSAGEIROS



492 438	758 328
2022	2023



Quanto à atividade de náutica de recreio, o ano de 2023 registou uma ligeira redução do número de embarcações nas docas em relação ao ano de 2022 (-0.3%), sobretudo devido a uma redução do número de embarcações estrangeiras (-1.4%).

NÚMERO DE EMBARCAÇÕES NAS DOCAS DE RECREIO

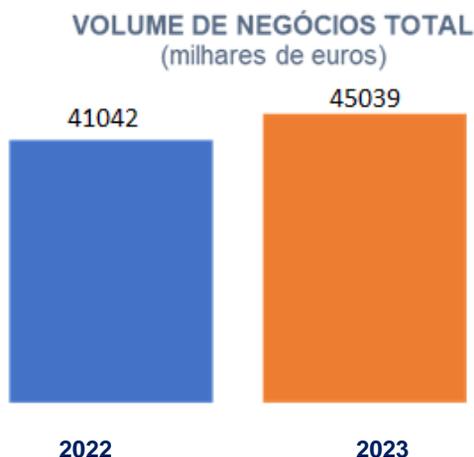
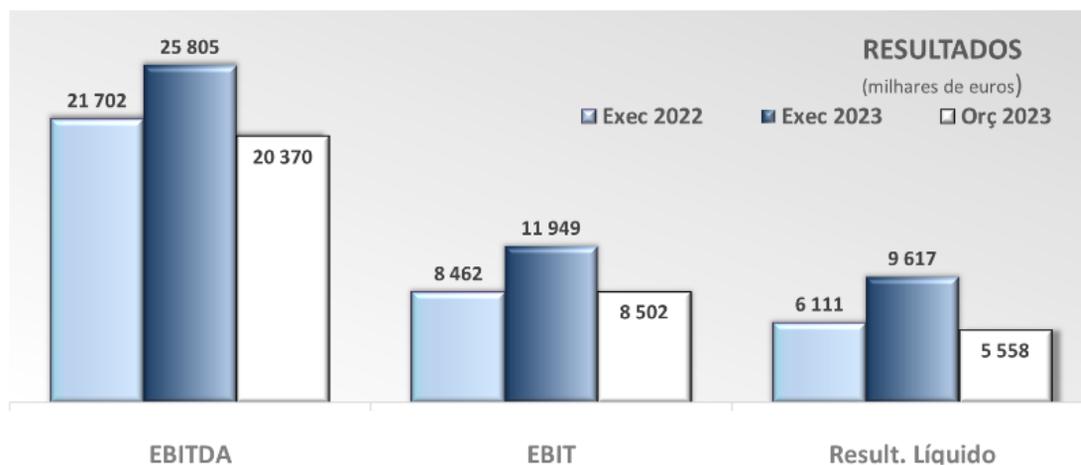
	2022	2023	Taxa de variação
Alcântara	722	740	2.5%
Santo Amaro	79	82	3.8%
Belém	513	490	-4.5%
Bom Sucesso	170	167	-1.8%
Total	1 484	1 479	-0.3%

No que respeita à utilização de espaços dominiais e realização de eventos, o ano 2023 foi de franca recuperação. O volume de negócios associado à gestão de usos dominiais superou os 11 milhões de euros, pelo facto de terem sido ocupadas praticamente todas as parcelas disponíveis e regularizadas 20 ocupações.

No que respeita à realização de eventos, no ano em reporte, foram realizados na área portuária 64 eventos abertos à comunidade e foram apoiados 42 eventos da comunidade.

5.6. Desempenho económico em 2023

Decorridos três anos de conjuntura especialmente adversa devido à pandemia e às greves do setor da estiva, às crises energética e inflacionista, eventos que causaram impacto assinalável em todas as áreas de negócio da APL, assistiu-se, no ano 2023 a uma consolidação da recuperação do volume de negócios e, conseqüentemente dos resultados da empresa, conforme se observa nos gráficos seguintes.



O volume de negócios total teve uma variação de 9.7% entre 2022 e 2023.

No que respeita ao investimento, verificou-se uma tendência idêntica, embora de perfil muito mais acentuado, tendo superado o do ano anterior em 2 467 mil euros (196,7%)



De salientar que, não obstante a conjuntura, a APL manteve de forma consistente a redução do seu endividamento, numa tendência que se vem a verificar desde há vários anos.





6. INDICADORES DE DESEMPENHO

6. INDICADORES DE DESEMPENHO

Neste capítulo são apresentados os indicadores de desempenho que não foram apresentados ao longo do texto, ou cuja informação não se encontra sistematizada noutros documentos disponíveis publicamente.

6.1 METODOLOGIA

Toda a informação relativa aos colaboradores apresentada ao longo do relatório refere à contabilização a 31.12.2023.

No cálculo de indicadores ambientais relacionados com a energia e emissões CO₂ foram utilizados os seguintes fatores de conversão:

Quilowatt hora (kWh)	Gigajoules (GJ)
1	0.0036

Combustível	Densidade (kg/l)	Fator de emissão (kg CO ₂ /GJ)	Fator de oxidação	Poder Calorífico Inferior GJ/t
Gasóleo	0,837	74,1	0,990	43,07
Gasolina	0,75	73,7	0,990	44,00
Combustível		Fator de emissão (kg CO ₂ /GJ)	Fator de oxidação	Poder Calorífico Inferior GJ/Nm ³ ×10 ³
Gás Natural	-	56,6	0,995	38,44

Fonte: https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/CELE/Tabelas_Fatores_Calculo/tabela_PCI_FE_FO_2013.pdf

As emissões provenientes do consumo de eletricidade foram calculadas com base nas emissões por fonte de energia apresentadas nas respetivas faturas.

6.2 INDICADORES GRI

CONTEÚDOS GERAIS

GRI Standard 2-6

Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio

	2022	2023	Δ 2023-2022
Resultado Líquido (€)	6.111.114	9.616.891	+3.505.777
Vendas e Prestações de serviços (€)	41.041.613	45.038.711	+3.997.099
Movimento de navios (n.º)	2045	2236	+191
Movimento de Mercadorias Total (ton)	10.721.230	10.901.330	+180,100
Movimento de passageiros (n.º)	492.438	758.328	+265.890
Total de ativos (€)	365.071.043	375.851.403	+10.780.360
Propriedade efetiva	100% capital público	100% capital público	-

GRI Standard 2-7

Empregados

	2022	2023	Δ 2023-2021
Total de colaboradores por género	91	92	1
	178	176	-2
Colaboradores efetivos	90	91	1
	172	171	-1
Colaboradores além quadro	1	1	0
	6	5	-1
Colaboradores a tempo integral	91	92	1
	178	176	-2
Total de colaboradores	269	268	

GRI Standard 2-8

Trabalhadores que não são empregados

No ano em relato a APL não registou trabalhadores que não são empregados.

GRI Standard 2-21

Proporção da remuneração total anual

A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados foi, em 2023, de 214.78%, -0.1% que no ano transato.

GRI Standard 2-25

Processos para reparar impactos negativos

A empresa dispõe de diversos canais de comunicação com os seus *stakeholders* por forma a garantir a sua informação e auscultação regular, atempada, acessível e transparente, e responder às suas preocupações e expectativas.

Destaca-se que a APL dispõe de um Provedor do Cliente (atualmente em processo de designação).

A APL dispõe, de diversos canais para apresentação de reclamações, desde logo, os livros de reclamações físico e eletrónico, o formulário de contacto disponibilizado no Portal, carta e e-mail, entre outros. Todas as reclamações são tratadas e monitorizadas de acordo com o Procedimento de gestão de reclamações dirigidas à APL, S.A., aprovado em 2020 e publicado em Ordem de Serviço interna.

Os registos oficiais e reais na aplicação CRM Talisma, que permite a monitorização do procedimento de gestão de reclamações, indicam a receção de 94 reclamações no ano de 2023, das quais 24 obtiveram resposta no mesmo ano, com uma taxa de resposta de 26%, substancialmente inferior à taxa de resposta observada em 2022 (63.5%).

Registo de reclamações na aplicação CRM Talisma, por canal de comunicação, em 2023

	Recebidas	Respondidas
E-mail	33	11
Portal	34	8
Carta	0	0
Livro de reclamações eletrónico	6	5
Livro de reclamações físico	0	0
Provedor do cliente	1	0
Total	94	24

Acresce que, em resultado da implementação do Programa de Cumprimento Normativo previsto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, a APL dispõe de um Canal de Denúncia Interna, que garante a receção e seguimento das denúncias internas.

Considerando que a efetiva promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens, a APL estabeleceu um Processo de Gestão de Sugestões, Queixas ou Elogios para facilitar a possibilidade de cada um/a expressar a sua opinião relativamente a práticas no domínio da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens, o que pode ser feito através de diversos canais de comunicação, desde logo através de caixas fechadas disponíveis em zonas comuns colocadas nos dois edifícios co maior numero de colaboradores e serviços.



GRI Standard 2-28

Participação em associações

A APL participa em diversas entidades de natureza associativa, de que se destacam:

- **CPL** – Comunidade Portuária de Lisboa
- **APP** – Associação dos Portos de Portugal
- **ADFERSIT** - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes
- **APSEI** – Associação Portuguesa de Segurança
- **APPR** - Associação Portuguesa de Portos de Recreio
- **Agência Portuguesa Transporte Marítimo Curta Distância**
- **Associação Internacional Permanente de Congressos de Navegação**
- **ATL** – Associação Turismo de Lisboa
- **IPAI** - Instituto Português de Auditoria Interna
- **APOTEC** - Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade
- **CCIPA** - Câmara do Comércio e Indústria de Portugal-Angola
- **CCPM** - Câmara do Comércio Portugal- Moçambique
- **CCILE** - Câmara do Comércio e Indústria Luso-Espanhola
- **Fórum Oceano** – Associação da Economia do Mar
- **Cruise Europe**
- **Associação SGI Portugal** (ex- CEEP Portugal)
- **PTPC** – Plataforma Técnica Portuguesa da Construção
- **IALA/AISM** – International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities
- **AIVP** – Association Internationale Villes et Ports
- **MedCruise** - Association of Mediterranean Cruise Ports
- **UN Global Compact Network Portugal**

GRI Standard 2-30

Acordos de negociação coletiva

No ano de 2023, 86.2% dos colaboradores estavam abrangidos por acordos de negociação coletiva, menos 1.2% que no ano anterior.

GRI Standard 201-1

Valor Económico direto gerado e distribuído

		2022	2023	Δ 2023-2022
Valor económico gerado				
Receitas	Vendas + Prestações de serviços	41 041 613	45 038 711	
	Aplicações financeiras	0	2 216	
	Mais valias em venda de ativos	6 168	57 265	
	Total	41 047 781	45 098 193	9.87%
Valor económico distribuído				
Custos operacionais	Pagamentos a fornecedores de bens e serviços (inclui royalties)	6 111 709	6 708 250	
	Taxas de licenças	-	-	
	Outros custos operacionais	-	-	
	Sub-total	6 111 709	6 708 250	9.76%
Salários e benefícios de empregados	Custos com pessoal (salários e valores pagos ao estado em nome do trabalhador, como impostos e outros encargos)	13 516 914	14 137 749	
	Benefícios (Seguros, Bolsas de estudo, assistência médica e medicamentosa, etc)	1 110 865	11 62 475	
	Sub-total	14 627 779	15 300 224	4.60%
Pagamentos para provedores de capital	Pagamentos ao accionista	600 000		
	Pagamentos de Juros a instituições financeiras	552 379	951 856	
	Sub-total	1 152 379	951 856	-17.4%
Pagamentos ao Estado	Impostos	7 304 437	9 536 869	
	Multas pagas	2 377	0	
	Sub-total	7 306 813	9 536 869	30.5%
Investimentos na comunidade	Investimentos	482 480	699 610	
	Donativos	0	0	
	Participações e patrocínios	12 045	5 095	
	Sub-total	494 525	704 750	42.5%
Total		29.693.206	33.201.904	11.8%
Valor económico retido		11.354.574	11.896.288	4.8%

GRI Standard 201-3

Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização e outros planos de reforma

Plano de pensões pessoal de pilotagem do ex-INPP.

- **Presença no mercado**

GRI Standard 202-2

Proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local

	2022	2023	Δ 2023-2022
Total de trabalhadores locais	269	268	-1
Nº de chefias I locais	43	39	-4
Nº administradores locais	5	5	-
Nº total de administradores	5	5	-

- **Impactos económicos indirectos**

GRI Standard 203-1

Investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos

Em 2023, foi efetuado investimento na reparação do Cais de Alcochete, infraestrutura disponível para o uso pela comunidade.

	2022	2023	Δ 2023-2022
Investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos (€)	0	69.328	+69.328

- **Prática de compras**

Em julho de 2023, foi criada na APL, S.A. A Direção de Contratação e Logística Corporativa, que centraliza não só, os procedimentos que formalizam a compra de bens e serviços, e de empreitadas, para fazer face às necessidades da empresa, seguindo as disposições do Código de Contratação Pública, mas também, a aquisição, aprovisionamento e gestão de stocks de bens de consumo e sua distribuição pelas diferentes áreas, dando cumprimento a um plano de compras, assim como, a gestão da frota automóvel e da carteira de seguros da empresa.

Para este efeito publica os Concursos Públicos em Diário da República e na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov (desde fevereiro de 2023), onde é realizada a tramitação dos mesmos.

GRI Standard 204-1

Proporção de gastos com fornecedores locais

	2022	2023	Δ 2023-2022
Porcentagem do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais	90%	92%	+2%

• Combate à corrupção

GRI Standard 205-2

Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

No ano em reporte não foi efetuada nenhuma ação de formação sobre prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. Foram, contudo, utilizados para comunicação deste tema, os canais de comunicação interna e externa.

GRI Standard 205-3

Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

No ano de 2023 não foram identificados casos de corrupção, conforme relatado no Relatório Anual de Execução de Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

• Concorrência desleal

GRI Standard 206-1

Ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio

No ano em reporte não ocorreu nenhuma ação judicial concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio.

DESEMPENHO AMBIENTAL

• Materiais

GRI Standard 301-1

Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

	2022	2023	Δ 2023-2022
Papel A4 e A3 (un)	600	600	0
Rolos para <i>plotter</i> (un)	0	24	24
Lâmpadas (un)	14	6	-8
Óleos (litros)	839	1328	489
Baterias (un)	6	9	3
Papel higiênico (un)	2520	3234	714
Guardanapos (un)	216	297	81
Toalhetes zig-Zag (cx)	330	420	90
Tintas diversas (litros)	65	86.5	21.5

- **Energia**

GRI Standard 302-1

Consumo de energia no interior da organização

	2022	2023	Δ 2023-2022
Gasóleo (GJ)	6605.0	7084.3	7.3%
Gasolina (GJ)	294.6	281.0	-4.6%
Gás natural (GJ)	1332.7	1140.6	-14.6%
Total de energia direta (GJ)	8232.3	8505.9	3.3%
Eletricidade (GJ)	16100.4	16146.9	0.3%
Total de Energia Indireta (GJ)	16100.4	16146.9	0.3%
Total de Energia Consumida (GJ)	24332	24653	1.3%

GRI Standard 302-2

Consumo de energia fora da organização

	2023
Gasóleo Dragagens (GJ)	4632.4
Gasóleo Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana (GJ)	1953.1
Total (GJ)	6585.5

GRI Standard 302-3

Intensidade energética

	2022	2023	Δ 2023-2022
Total de Energia Consumida (GJ)	24332	24653	1.3%
Volume de negócios (milhares de €)	41 042	44 080	7.4%
Intensidade energética (GJ/1 000€)	0.59	0.56	-5.1%

GRI Standard 302-4

Redução do consumo de energia

Ainda que se tenha observado um acréscimo do total de energia consumida dentro da organização, da ordem de 1.3%, observou-se uma redução no consumo de gasóleo nas frotas e de gás natural de -4.6% e de -14.6%, respetivamente.

• Água

Na prossecução da sua atividade a APL consome água para diversos fins, nomeadamente, para abastecimento dos edifícios e das docas, para rega e lavagem de espaços públicos.

A água consumida na APL provem na sua totalidade da rede de abastecimento pública de Lisboa. O abastecimento de água na área portuária, efetuado através de rede própria, encontra-se concessionado à LUSÁGUA – Serviços Ambientais, S.A.

GRI Standard 303-1

Consumo total de água, por fonte

Consumo de água (m3)	2022	2023	Δ 2023-2022
Edifícios da APL	9.106	9.573	+5,13%
Docas	21.639	26.754	+23,64%
Rega e limpeza urbana	11.295	11.300	+0.04%
Total de água consumida nos edifícios, docas e espaços públicos	42.040	47.627	+13,29%
Total de água consumida proveniente da rede pública	100%	100%	-

• Biodiversidade

GRI Standard 304-1

Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados dentro de zonas protegidas ou adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas

Cerca de 50% da área de jurisdição da APL está integrada nas seguintes áreas sensíveis/protegidas no estuário do Tejo, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei nº 42-A/2016, de 12 de agosto:

- Reserva Natural do Estuário do Tejo, criada pelo Decreto-Lei nº565/76, 19 de julho, é uma área protegida integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas
- Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo (PTZPE0010), criada pelo Decreto-Lei nº 280/94, de 5 de novembro, é uma área integrada na Rede Natura 2000
- Zona Especial de Conservação do Estuário do Tejo (PTCON0009), que corresponde ao Sítio de Importância Comunitária do Estuário do Tejo, Decreto Regulamentar nº1/2020, de 16 de março, é uma área integrada na Rede Natura 2000

GRI Standard 304-4

Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

A APL tem na sua área de jurisdição várias espécies de interesse conservacionista, em virtude das áreas classificadas existentes no estuário do Tejo, que abrangem cerca de 59% da sua área de jurisdição. É possível consultar as listas de espécies com estatuto de conservação aí existentes, no Plano Setorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 5 de junho de 2008, publicada no Diário da República n.º 139, 1.ª série, de 21 de julho de 2008.

- **Emissões**

GRI Standard 305-1

Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Âmbito 1)

tCO2/ano	2022	2023	Δ 2023-2022
Gasóleo	484.54	519.70	7.26%
Gasolina	21.49	20.05	-4.60%
Gás	75.05	64.23	-14.41%
Total de emissões diretas	581.08	604.43	4.02%

GRI Standard 305-2

Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Âmbito 2)

tCO2/ano	2022	2023	Δ 2023-2022
Eletricidade	1135.80	734.20	-35,36%
Total de emissões indiretas (Âmbito 2)	1716.88	734.20	-35,36%

GRI Standard 305-3

Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Âmbito 3)

tCO2/ano	2023
Dragagens	339.8
Gasóleo Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana	143.3
Total de outras emissões indiretas (Âmbito 3)	483.1

GRI Standard 305-4

Intensidade de emissões de gases de efeito de estufa (GEE)

**Intensidade de emissões de GEE da energia consumida no interior da organização,
por unidade de volume total de negócio, por âmbito**

	2022	2023	Δ 2023-2022
Emissões de GEE de Âmbito 1 (tCO ₂)	581.08	604.43	4.02%
Intensidade de emissões de GEE de Âmbito 1 (ton CO ₂ /1000€)	0.0142	0.0137	-3.2%%
Emissões de GEE de Âmbito 2 (tCO ₂)	1716.88	734.20	-35,36%
Intensidade de emissões de GEE de Âmbito 2 (ton CO ₂ /1000€)	0.0418	0.0167	-60.2%
Volume de negócios (milhares de €/ano)	41 042	44 080	7.4%
Intensidade total de emissões de GEE (ton CO₂/1000€)	0.0560	0.0304	-45.8%

GRI Standard 305-5

Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Redução de emissões de GEE (tCO ₂ /t)	2022	2023	Δ 2023-2022
Emissões de GEE (Âmbito 1)	581.08	604.43	4.02%
Emissões de GEE (Âmbito 2)	1716.88	734.20	-35,36%
Total de emissões de GEE (Âmbitos 1+2)	2297.96	1338.63	-41.7%

• Efluentes e resíduos

GRI Standard 306-1

Produção de resíduos, incluindo efluentes, e impactes significativos relacionados com os resíduos produzidos

Produção de resíduos (ton)	2023
Resíduos perigosos produzidos	24895.4
Resíduos não perigosos produzidos	7252.1
Produção total de resíduos	32147.44

Nota: Os quantitativos apresentados são os que constam do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) da APL. Contudo, são produzidos na área portuária outros resíduos, que são recolhidos pela CML, e sendo, portanto, declarados no respetivo MIRR. Esses resíduos podem ser resíduos da limpeza urbana na área da APL e alguns resíduos de carga e resíduos produzidos a bordo dos navios em pequenas quantidades (inferiores a 4m³).

GRI Standard 306-1

Gestão de impactes significativos relacionados com resíduos

A APL assegura a realização de todas as operações de gestão de resíduos provenientes das embarcações, que escalam ou operam na sua área de jurisdição, por terra através de equipamentos fixos ou de outros meios adequados para o efeito, ou ao largo através de meios flutuantes apropriados, pelos quais é responsável enquanto autoridade portuária, e, complementarmente, procede, também, à limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos urbanos, entre Algés e a Matinha, na área de jurisdição portuária.

A gestão de resíduos de navios na APL organiza-se de acordo com o Plano de Receção e Gestão de Resíduos gerados em navios e Resíduos da carga do Porto de Lisboa, e é regulada através do Regulamento de Gestão de Resíduos de Embarcações e do Regulamento do exercício da atividade de recolha de resíduos de hidrocarbonetos, águas residuais e resíduos perigosos, a embarcações no Porto de Lisboa. A gestão dos restantes resíduos é efetuada de acordo com o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Limpeza Urbana.

No ano de 2023, operaram na área de jurisdição da APL os seguintes operadores licenciados:

- Blueotter Circular, S.A.
- Egeo Pressão, S.A.
- Resicorreia - Gestão e Serviços de Ambiente Lda

GRI Standard 306-3

Produção de resíduos por categoria (LER) e por operação de gestão

Código LER	Descrição	Quantidade	Destino	Perigosidade
02 - Resíduos da agricultura, horticultura, aquacultura, silvicultura, caça e pesca, bem como da preparação e do processamento de produtos alimentares				
<i>0201 - Resíduos da agricultura, horticultura, aquacultura, silvicultura, caça e pesca</i>				
'020101'	Lamas provenientes da lavagem e limpeza	22,78	D15	NP
06 - Resíduos de processos químicos inorgânicos				
<i>0601 - Resíduos do fabrico, formulação, distribuição e utilização (FFDU) de ácidos</i>				
'060106'	Outros ácidos	0,279	D15	P
'061301'	Produtos inorgânicos de proteção das plantas, agentes de preservação da madeira e outros biocidas	1,228	D15	P
'061301'	Produtos inorgânicos de proteção das plantas, agentes de preservação da madeira e outros biocidas	1,228	D1	P
08 - Resíduos do fabrico, formulação, distribuição e utilização (FFDU) de revestimentos (tintas, vernizes e esmaltes vítreos), colas, vedantes e tintas de impressão				
<i>0801 - Resíduos do FFDU e da remoção de tintas e vernizes</i>				
'080111'	Resíduos de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	0,34	D15	P
<i>0803 - Resíduos do FFDU de tintas de impressão</i>				
'080317'	Resíduos de toner de impressão, contendo substâncias perigosas	0,024	D15	P
09 - Resíduos da indústria fotográfica				
<i>0901 - Resíduos da indústria fotográfica</i>				
'090101'	Banhos de revelação e ativação, de base aquosa	3,72	D15	P
10 - Resíduos de processos térmicos				
<i>1001 - Resíduos de centrais elétricas e de outras instalações de combustão (exceto 19)</i>				
'100118'	Resíduos de limpeza de gases, contendo substâncias perigosas	12,08	D15	P
12 - Resíduos de processos de desgorduramento a água e a vapor (exceto 11)				
<i>1203 - Resíduos de processos de desgorduramento a água e a vapor (exceto 11)</i>				
'120301'	Líquidos de lavagem aquosos	82,26	D15	P
13 - Óleos usados e resíduos de combustíveis líquidos (exceto óleos alimentares, 05,12 e 19)				
<i>1301 - Óleos hidráulicos usados</i>				
'130105'	Emulsões não cloradas	5,58	R12	P
<i>1302 - Óleos de motores, transmissões e lubrificação usados</i>				
'130205'	Óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação	3,639	R9	P
'130208'	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	3,891	R9	P
'130208'	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	3,891	R9	P

Código LER	Descrição	Quantidade	Destino	Perigosidade
1305 - Conteúdo de separadores óleo/água				
'130503'	Lamas provenientes do intercetor	0,54	D15	P
1308 - Óleos usados, sem outras especificações				
'130899'	Resíduos sem outras especificações	0,24	R12	P
15 - Resíduos de embalagens; absorventes, panos de limpeza, materiais filtrantes e vestuário de proteção sem outras especificações				
1501 - Embalagens (incluindo resíduos urbanos e equipados de embalagens, recolhidos separadamente)				
'150103'	Embalagens de madeira	7,58	R12	NP
'150110'	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	14,176	D15	P
'150110'	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	14,176	R13	P
'150110'	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	14,176	R12	P
'150110'	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	14,176	R13	P
'150111'	Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, contendo uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo, amianto)	0,16	R13	P
1502 - Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção				
'150202'	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	42,012	D15	P
'150202'	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	42,012	D15	P
16 - Resíduos não especificados noutros capítulos da lista				
1601 - Veículos em fim de vida de diferentes meios de transporte (incluindo máquinas todo-o-terreno) e resíduos do desmantelamento de veículos em fim de vida e da manutenção de veículos (exceto 13, 14, 16 06 e 16 08)				
'160103'	Pneus usados	4,14	R12	NP
'160107'	Filtros de óleo	0,78	R12	P
1602 - Resíduos de equipamento elétrico e eletrónico				
'160214'	Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13	0,354	R12	NP
'160214'	Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 14	0,354	R13	NP
1603 - Lotes fora das especificações e produtos não utilizados				
'160303'	Resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas	5,665	D15	P
'160305'	Resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas	0,267	D15	P
1604 - Resíduos de explosivos				
'160403'	Outros resíduos de explosivos	0,0105	D9	P
1605 - Gases em recipientes sob pressão e produtos químicos fora de uso				
'160504'	Gases em recipientes sob pressão (incluindo halons) contendo substâncias perigosas	0,177	D15	P
1606 - Pilhas e acumuladores				
'160601'	Acumuladores de chumbo	0,425	R12	P
'160601'	Acumuladores de chumbo	0,425	R13	P

GRI Standard 306-3

Produção de resíduos por categoria (LER) e por operação de gestão (cont.)

Código LER	Descrição	Quantidade	Destino	Perigosidade
1607 - Resíduos da limpeza de tanques de transporte, de depósitos de armazenagem e de barris (exceto 05 e 13)				
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	R12	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	R12	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	R12	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	D1	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	D9	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	D9	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	R9	P
'160708'	Resíduos contendo hidrocarbonetos	3075,9	R9	P
1610 - Resíduos líquidos aquosos destinados a tratamento noutro local				
'161002'	Resíduos líquidos aquosos não abrangidos em 16 10 01	397,1	D15	NP
17 - Resíduos de construção e de demolição (incluindo solos escavados de locais contaminados)				
1701 - Betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos				
'170107'	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidas em 17 01 06	14,22	R12	NP
1704 - Metais (incluindo ligas metálicas)				
'170405'	Ferro e aço	5,96	R12	NP
'170407'	Mistura de metais	84,16	R12	NP
'170410'	Cabos contendo hidrocarbonetos, alcatrão ou outras substâncias perigosas	0,01	R13	P
1709 - Outros resíduos de construção e demolição				
'170904'	Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	21,76	D13	NP
'170904'	Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 04	21,76	R12	NP
18 - Resíduos da prestação de cuidados de saúde a seres humanos ou animais e/ou de investigação relacionada (exceto resíduos de cozinha e restauração não provenientes diretamente da prestação de cuidados de saúde)				
1801 - Resíduos de maternidades e do diagnóstico, tratamento ou prevenção de doenças em seres humanos				
'180101'	Objetos cortantes e perfurantes (exceto 18 01 03)	0,3124	D15	NP
'180103'	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos com vista à prevenção de infeções	0,9584	D15	P
'180103'	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos com vista à prevenção de infeções	0,9584	D9	P
19 - Resíduos de instalações de gestão de resíduos, de estações ex situ de tratamento de águas residuais e da preparação de água para consumo humano e água para consumo industrial				
1901 - Resíduos da incineração ou pirólise de resíduos				
'190110'	Carvão ativado usado proveniente do tratamento de gases de combustão	0,4	D15	P
1908 - Resíduos de estações de tratamento de águas residuais, sem outras especificações				
'190805'	Lamas do tratamento de águas residuais urbanas	6,34	D15	NP
'190810'	Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, não abrangidas em 19 08 09	11,2	R12	P
1909 - Resíduos da preparação de água para consumo humano e de água para consumo industrial				
'190901'	Resíduos sólidos de gradagens e filtração primária	0,3	D15	NP

GRI Standard 306-3

Produção de resíduos por categoria (LER) e por operação de gestão (cont.)

Código LER	Descrição	Quantidade	Destino	Perigosidade
20 - Resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, da indústria e dos serviços), incluindo as frações recolhidas seletivamente				
2001 - Frações recolhidas seletivamente (exceto 15 01)				
'200101'	Papel e cartão	84,603	R12	NP
'200102'	Vidro	449,419	R12	NP
'200121'	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	0,224	D15	P
'200121'	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	0,224	R13	P
'200125'	Óleos e gorduras alimentares	12,587	R13	NP
'200125'	Óleos e gorduras alimentares	12,587	R13	NP
'200127'	Tintas, produtos adesivos, colas e resinas, contendo substâncias perigosas	2,598	R13	P
'200133'	Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo desses acumuladores ou pilhas	0,545	R13	P
'200136'	Equipamento elétrico e eletrônico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35	5,743	D15	NP
'200136'	Equipamento elétrico e eletrônico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 36	5,743	R12	NP
'200138'	Madeira não abrangida em 20 01 37	213,273	R12	NP
'200138'	Madeira não abrangida em 20 01 38	213,273	R12	NP
'200139'	Plásticos	112,844	R12	NP
'200139'	Plásticos	112,844	R12	NP
'200140'	Metais	40,583	R12	NP
'200140'	Metais	40,583	R12	NP
'200199'	Outras frações, sem outras especificações	834,742	D15	NP
'200199'	Outras frações, sem outras especificações	834,742	R12	NP
'200199'	Outras frações, sem outras especificações	834,742	D13	NP
'200199'	Outras frações, sem outras especificações	834,742	R12	NP
2003 - Outros resíduos urbanos e equiparados				
'200301'	Misturas de resíduos urbanos equiparados	403,647	D1	NP
'200301'	Misturas de resíduos urbanos equiparados	403,647	D15	NP
'200301'	Misturas de resíduos urbanos equiparados	403,647	D15	NP
'200301'	Misturas de resíduos urbanos equiparados	403,647	D1	NP
'200301'	Misturas de resíduos urbanos equiparados	403,647	R12	NP
'200307'	Monstros	3,476	R12	NP

GRI Standard 306-3

Produção de resíduos por categoria (LER) e por operação de gestão (cont.)

Notas:

Operações de valorização:

R 1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção de energia (1).

R 2 - Recuperação/regeneração de solventes

R 3 - Reciclagem/recuperação de substâncias orgânicas não utilizadas como solventes (incluindo digestão anaeróbia e ou compostagem e outros processos de transformação biológica) (2).

R 4 - Reciclagem/recuperação de metais e compostos metálicos.

R 5 - Reciclagem/recuperação de outros materiais inorgânicos (3).

R 6 - Regeneração de ácidos ou bases.

R 7 - Valorização de componentes utilizados na redução da poluição.

R 8 - Valorização de componentes de catalisadores.

R 9 - Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos.

R 10 - Tratamento do solo para benefício agrícola ou melhoramento ambiental.

R 11 - Utilização de resíduos obtidos a partir de qualquer das operações enumeradas de R 1 a R 10.

R 12 - Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R 1 a R 11 (4).

R 13 - Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R 1 a R 12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos) (5).

Operações de eliminação

D1 - Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).

D2 - Tratamento no solo (por exemplo, biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos, etc.).

D3 - Injecção em profundidade (por exemplo, injecção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais, etc.).

D4 - Lagunagem (por exemplo, descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais, etc.)

D5 - Depósitos subterrâneos especialmente concebidos (por exemplo, deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente, etc.).

D6 - Descarga para massas de águas, com excepção dos mares e dos oceanos.

D7 - Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos.

D8 - Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12.

D9 - Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12 (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.).

D10 - Incineração em terra.

D11 - Incineração no mar.

D12 - Armazenagem permanente (por exemplo, armazenagem de contentores numa mina, etc.).

D13 - Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de D1 a D12.

D14 - Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de D1 a D13.

D15 - Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).

GRI Standard 306-4

Resíduos não destinados a deposição final

Quantidade de resíduos não destinados a deposição final (ton), por destino

Nota: ver nota no GRI Standard 306-3

Destino	Operação	2023
Resíduos perigosos produzidos		24895.4
<i>Destino dos resíduos perigosos produzidos</i>		
Reutilização / Reciclagem		
D9	Tratamento físico-químico	0.01
D15	Armazenamento para posterior eliminação	150.91
R1	Incineração	-
R9	Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos	897.3
R12	Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11	2553.8
R13	Armazenamento para posterior reciclagem	15.7
Resíduos não perigosos produzidos		7252.1
<i>Destino dos resíduos não perigosos produzidos</i>		
Reutilização / Reciclagem		
D9	Tratamento físico-químico	-
D15	Armazenamento para posterior eliminação	428.9
R1	Incineração	-
R12	Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11	1432.1
R13	Armazenamento para posterior reciclagem	12.9

GRI Standard 306-5

Resíduos destinados a deposição final

Quantidade de resíduos destinados a deposição final (ton), por destino

Nota: ver nota no GRI Standard 306-3

Destino/Operação		2023
Resíduos perigosos produzidos		24895.4
<i>Destino dos resíduos perigosos produzidos</i>		
D1	Aterro	1.9
Resíduos não perigosos produzidos		7252.1
<i>Destino dos resíduos não perigosos produzidos</i>		
D1	Aterro	8.6

- **Conformidade Ambiental**

GRI Standard 307-1

Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais

No ano em reporte não ocorreu nenhuma situação de não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.

DESEMPENHO SOCIAL

- **Emprego**

GRI Standard 401-1

Novas contratações e rotatividade de colaboradores

		Faixa etária	2022	2023	Δ 2023-2022
Entradas	Género feminino	< 30 anos	0	2	2
		30-50 anos	2	1	-1
		> 50 anos	0	0	0
	Género masculino	< 30 anos	0	1	1
		30-50 anos	4	5	1
		> 50 anos	0	1	1
Total			6	10	4
Saídas	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	0	0
		> 50 anos	1	2	1
	Género masculino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	1	0	-1
		> 50 anos	8	9	1
Total			10	11	1
Índice de rotatividade	Género feminino	< 30 anos	0.00%	0.37%	0.004
		30-50 anos	0.37%	0.19%	-0.002
		> 50 anos	0.19%	-0.37%	-0.006
	Género masculino	< 30 anos	0.00%	0.19%	0.002
		30-50 anos	0.93%	0.93%	0.000
		> 50 anos	1.49%	-1.49%	-0.030
Total			2.97%	-0.19%	-0.032

GRI Standard 401-2

Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial.

A APL disponibiliza aos seus colaboradores os seguintes benefícios:

- subsídios (i) de aleitação, (ii) na infância, (iii) nos Estudos, (iv) para a prática de desporto; (v) prémio escolar, (vi) colónia de férias;
- bonificação sobre as taxas de estacionamento de embarcações a nado e em terra;
- sistema complementar de saúde para trabalhadores/as com vínculo de emprego público e Seguro de Saúde para trabalhadores/as com vínculo de emprego privado;
- estacionamento gratuito.

GRI Standard 401-3

Licença parental

No ano de 2023, houve 4 colaboradores com direito a licença parental que usufruíram da mesma, (2 do género feminino e 2 do género masculino), com taxas de retorno e retenção de 100%.

- **Saúde e Segurança no Trabalho**

GRI Standard 403-1

Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

A APL está a implementar desde 2016, de forma voluntária, um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Este sistema aplica-se a toda a empresa, ou seja, todos os colaboradores, incluindo colaboradores externos, atividades e locais de trabalho, e tem por base as normas ISO 45001, sendo suportado na legislação em vigor.

GRI Standard 403-2

Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de acidente

		2022	2023	Δ 2023-2022
Dias perdidos devido a acidentes de trabalho	Género feminino	11	115	104
	Género masculino	175	19	-156
	Total	186	134	-52
Acidentes de trabalho	Género feminino	1	2	1
	Género masculino	7	9	2
	Total	8	11	3
Óbitos em acidentes de trabalho	Género feminino	0	0	0
	Género masculino	0	0	0
	Total	0	0	0
Doenças profissionais	Género feminino	0	0	0
	Género masculino	0	0	0
	Total	0	0	0

GRI Standard 403-3

Medicina no trabalho

Todos os trabalhadores da APL são sujeitos periodicamente a consulta de medicina no trabalho, de acordo com a legislação vigente.

GRI Standard 403-5

Capacitação de trabalhadores em higiene e segurança no trabalho

	2022	2023	Δ 2023-2022
N.º de ações de formação/sensibilização sobre higiene e segurança no trabalho	0	2	2
N.º médio de horas de ações de formação/sensibilização sobre higiene e segurança no trabalho	0	55	55
N.º colaboradores que assistiram a ações de formação/sensibilização sobre higiene e segurança no trabalho	0	30	30

GRI Standard 403-6

Promoção da saúde dos trabalhadores

A promoção da saúde dos colaboradores é efetuada de diversas forma, desde logo, através das consultas de medicina do trabalho, e pela divulgação de informação específica sobre temas pertinentes relacionados com a saúde em geral. Além disso, a APL oferece aos seus colaboradores beneficiários da Segurança Social, um seguro de saúde para acesso a serviços médicos e de saúde. Aos colaboradores beneficiários da CGA, que usufruem do regime da ADSE, a empresa comparticipa, em complemento, as despesas de saúde por eles suportadas.

Anualmente, a empresa disponibiliza de forma gratuita a toma da vacina da gripe a todos os colaboradores que desejem ser vacinados.

GRI Standard 403-8

Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho

100% dos colaboradores, internos e externos, estão abrangidos por um sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho.

GRI Standard 403-9

Acidentes de trabalho

No ano de 2023 não foram registados acidentes de trabalho de comunicação obrigatória, com consequência grave ou que resultassem em óbito, quer entre os trabalhadores internos, quer externos.

GRI Standard 403-10

Doenças profissionais

No ano em reporte não ocorreu nenhuma situação de doença profissional.

• **Formação e educação**

GRI Standard 404-1

Média de horas de formação por ano, por colaborador

Média de horas de formação, por colaborador	2022	2023	Δ 2023-2022
Género feminino	11.31	14.44	27.7%
Género masculino	13.01	7.62	-41.4%



GRI Standard 404-2

Programa de gestão de competências e formação contínua

No ano de 2023, foi promovido um total de 80 ações de formação, mais 21 do que no ano anterior, e abrangendo 504 participantes, um acréscimo de 161% em relação a 2022. O acréscimo verificado no número de ações de formação decorre sobretudo do aumento do número de formações internas (+114% que em 2022). Este aumento teve, também reflexo nos custos associados à formação, que ascenderam, em 2023, a 42 931€; um acréscimo de 184% em relação a 2022.

GRI Standard 404-3

Percentagem de colaboradores que recebem avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira regular

Os colaboradores da APL recebem regularmente avaliações de desempenho e desenvolvimento de carreira. No ano em relato, 215 colaboradores – cerca de 80% do total, foram avaliados.

• **Diversidade e igualdade de oportunidades**

GRI Standard 405-1

Diversidade na gestão e entre colaboradores.

Categoria Profissional		Faixa etária	2022	2023	Δ 2023-2022
Dirigentes	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	2	1	-1
		> 50 anos	0	1	1
	Género masculino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	1	1	0
		> 50 anos	2	2	0
	Total			5	5
Quadros superiores	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	37	29	-8
		> 50 anos	39	37	-2
	Género masculino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	29	26	-3
		> 50 anos	54	50	-4
	Total			159	142
Quadros médios	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	6	6
		> 50 anos	0	9	9
	Género masculino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	1	8	7
		> 50 anos	0	8	8
	Total			1	31
Quadros intermédios	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	0	0
		> 50 anos	0	0	0
	Género masculino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	0	0
		> 50 anos	1	1	0
	Total			1	1
Quadros altamente qualificados	Género feminino	< 30 anos	0	2	2
		30-50 anos	6	2	-4
		> 50 anos	7	5	-2
	Género masculino	< 30 anos	0	1	1
		30-50 anos	32	23	-9
		> 50 anos	40	39	-1
	Total			85	72
Profissionais semiqualeificados	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	0	0
		> 50 anos	0	0	0
	Género masculino	< 30 anos	1	1	0
		30-50 anos	12	11	-1
		> 50 anos	3	4	1
	Total			16	16
Profissionais não qualificados	Género feminino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	0	0
		> 50 anos	0	0	0
	Género masculino	< 30 anos	0	0	0
		30-50 anos	0	0	0
		> 50 anos	2	1	-1
	Total			2	1

GRI Standard 405-2

Diversidade na gestão e entre colaboradores

		2022	2023	Δ 2023-2022
Remuneração média anual	Género feminino	47,017.51	50,834.93	3,817.42
	Género masculino	50,069.46	53,825.62	3,756.16
	Total	49,037.01	52,787.35	3,750.34
Proporção de salário base das mulheres e dos homens	Género feminino	74.49%	71.43%	-0.03
	Género masculino	71.43%	71.43%	0.00
	Género feminino	89.25%	89.39%	0.00
	Género masculino	70.78%	69.24%	-0.02
	Género feminino	N.A.	81.08%	
	Género masculino	66.96%	80.14%	0.13
	Género feminino	N.A.	N.A.	
	Género masculino	63.65%	63.44%	0.00
	Género feminino	83.40%	83.75%	0.00
	Género masculino	68.35%	64.79%	-0.04
	Género feminino	N.A.	N.A.	
	Género masculino	62.55%	61.71%	-0.01
Género feminino	N.A.	N.A.		
Género masculino	78.41%	100.00%	0.22	

• Não discriminação

GRI Standard 406-1

Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas

No ano em reporte não ocorreu nenhuma situação de discriminação, nem a necessidade de medidas corretivas.

• Avaliação de direitos humanos

GRI Standard 412-1

Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos

Não foi realizada nenhuma operação submetida a avaliação de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos.

GRI Standard 412-2

Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Não foi realizada nenhuma ação e de Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos

GRI Standard 412-3

Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos

Não foram celebrados quaisquer acordos ou contratos incluindo cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos.

- **Comunidades locais**

GRI Standard 413-1

Operações com programas locais de envolvimento na comunidade, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento

No âmbito da responsabilidade Social é marca da APL há já alguns anos o apoio a eventos de índole social e o apoio à dinamização cultural.

Podemos considerar 2 tipologias de eventos abertos á comunidade.

Existem os eventos abertos à comunidade de carater, cultural, social, educacional, que a APL apoia/ patrocina cedendo os seus espaços, e existe a tipologia de eventos considerada o “Porto de Lisboa aberto às escolas”, onde se dá a conhecer o porto à comunidade escolar. No total destas 2 tipologias em 2023 registaram-se 64 eventos.

	2022	2023	Δ 2023-2022
Porto de Lisboa Aberto às escolas	28	22	-6
Nº Total de eventos da comunidade apoiados	34	42	+8
Nº Total de eventos abertos à comunidade	62	64	+2

- **Saúde e segurança do consumidor**

GRI Standard 416-1

Operações com programas locais de envolvimento na comunidade, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento

Procurando a defesa da sustentabilidade ambiental e das respetivas boas práticas, a Doca de Santo Amaro tem sido detentora do galardão atribuído pela Bandeira Azul. Este prémio foi concedido pela primeira vez em 2015 e desde então existe um reconhecimento do trabalho realizado com as sucessivas renovações desta distinção.

São ainda trabalhadas todos os anos ações que se enquadram no programa de educação ambiental, mas também das boas práticas ambientais.

GRI Standard 416-2

Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços

Não foi identificado nenhum caso de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços.

- **Marketing e rotulagem**

GRI Standard 417-3

Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing

No ano do relato não se verificam casos de não conformidade em relação à comunicação.



ANEXO:TABELA GRI

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO OU OUTRA / FUNDAMENTO PARA NÃO RELATO
2 CONTEÚDOS GERAIS		
A organização e suas práticas de relato		
2-1	Detalhes da organização	Cap. 2. e Cap. 5 https://www.portodelisboa.pt/governo-societario
2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	N.A. O presente relatório respeita exclusivamente à APL, S.A.
2-3	Período de relato, frequência e ponto de contato	Cap. 1.
2-4	Reformulações de informações	N.A.
2-5	Verificação externa	O presente relatório não é sujeito a verificação externa
Atividades e trabalhadores		
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Cap. 2. e Cap. 6.2
2-7	Empregados	Cap. 6.2
2-8	Trabalhadores que não são empregados	Cap. 6.2
Governança		
2-9	Estrutura de governança e sua composição	Cap. 5.1
2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Cap. 5.1
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	Cap. 5.1
2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Cap. 5.1.
2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Estrutura orgânica da APL disponível em https://www.portodelisboa.pt/estrutura-organica
2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	Cap. 5.1 e Cap. 5.2
2-15	Conflitos de interesse	Cap. 5.1 e R&C e Relatório do Governo Societário de 2023, a disponibilizar em https://www.portodelisboa.pt/relatorio-e-publicacoes
2-16	Comunicação de preocupações cruciais	Cap. 4.1. e Estrutura orgânica da APL disponível em https://www.portodelisboa.pt/estrutura-organica
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Cap. 4.1. e Estrutura orgânica da APL disponível em https://www.portodelisboa.pt/estrutura-organica
2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Cap. 5.1
2-19	Políticas de remuneração	R&C e Relatório do Governo Societário de 2023, a disponibilizar em https://www.portodelisboa.pt/relatorio-e-publicacoes
2-20	Processo para determinação da remuneração	R&C e Relatório do Governo Societário de 2023, a disponibilizar em https://www.portodelisboa.pt/relatorio-e-publicacoes
2-21	Proporção da remuneração total anual	Cap.6.2
Estratégia, políticas e práticas		
2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Mensagem do CA e APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. UN Global Compact
2-23	Compromissos de política	Mensagem do CA e Cap.5.2.

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO OU OUTRA / FUNDAMENTO PARA NÃO RELATO
2-24	Incorporação de compromissos de política	Cap. 5.2., Relatório do Governos Societário de 2023, a disponibilizar em https://www.portodelisboa.pt/relatorio-e-publicacoes e compromisso de adesão ao UN Global Compact disponível em https://unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/155571-APL-Administracao-do-Porto-de-Lisboa-S-A-
2-25	Processos para reparar impactos negativos	Cap. 4.1. e Cap. 6.2
2-26	Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Cap. 4.1. e Cap. 6.2
2-27	Conformidade com leis e regulamentos	https://www.portodelisboa.pt/governo-societario
2-28	Participação em associações	Cap. 6.2.
Envolvimento de stakeholders		
2-29	Abordagem para envolvimento de stakeholders	Cap. 4.
2-30	Acordos de contratação coletiva	Cap. 6.2.
3 TEMAS MATERIAIS		
3-1	Processo de definição de temas materiais	Cap. 1
3-2	Lista de temas materiais	Cap. 1.
200 DESEMPENHO ECONÓMICO		
Desempenho Económico		
103	Abordagem de gestão	R&C e Relatório do Governo Societário de 2023 a disponibilizar em: Relatórios e publicações - Porto de Lisboa
201 - 1	Valor económico direto gerado e distribuído	Cap. 6.2
201 - 2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	Não relatado
201 - 3	Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização e outros planos de reforma.	Cap. 6.2
201 - 4	Apoio financeiro recebido do Governo.	Não aplicável
Presença no mercado		
202 - 1	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local por género.	Não aplicável
202 - 2	Proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local.	Cap. 6.2.
Impactos económicos indiretos		
203 - 1	Investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	Cap. 6.2.
203 - 2	Impactos económicos indiretos significativos	Não relatado
Práticas de compras		
103	Abordagem de gestão	Cap. 6.2.
204 - 1	Cap. 6.2.	Cap. 6.2.
Combate à corrupção		
205 - 1	Avaliações das operações de riscos de corrupção	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetivos relatórios de execução, disponíveis em Relatórios e publicações - Porto de Lisboa
205 - 2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Cap. 6.2.
205 - 3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Cap. 6.2.
Concorrência desleal		
206 - 1	Ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio.	Cap. 6.2.

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO OU OUTRA / FUNDAMENTO PARA NÃO RELATO
Fiscalidade		
207-1	Abordagem à fiscalidade	R&C e Relatório do Governo Societário de 2023 a disponibilizar em: Relatórios e publicações - Porto de Lisboa
207-2	Governança, controlo e gestão de risco fiscal	R&C e Relatório do Governo Societário de 2023 a disponibilizar em: Relatórios e publicações - Porto de Lisboa
207-3	Envolvimento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto à fiscalidade	Não relatado
207-4	Relato país-a-país	Não aplicável
300 DESEMPENHO AMBIENTAL		
Materiais		
301-1	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	Cap. 6.2.
301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	Não relatado
301-3	Produtos e suas embalagens recuperados	Não relatado
Energia		
302-1	Consumo de energia no interior da organização	Cap. 6.2.
302-2	Consumo de energia fora da organização	Cap. 6.2.
302-3	Intensidade Energética	Cap. 6.2.
302-4	Redução do consumo de energia	Cap. 3.2.
302-5	Reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços	Não aplicável
Água		
103	Abordagem de gestão	Cap. 6.2.
303-1	Consumo total de água, por fonte	Cap. 6.2
303-2	Recursos hídricos significativamente afetados pela atividade	Não relatado
303-3	Captação de água	Não aplicável
Biodiversidade		
103	Abordagem de gestão	Cap 3.4.
304-1	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados dentro de zonas protegidas ou adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	Cap. 6.2.
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Cap. 6.2.
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Não aplicável.
304-4	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.	Cap. 6.2. Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008
Emissões		
305-1	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Âmbito 1)	Cap. 6.2
305-2	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Âmbito 2)	Cap. 6.2
305-3	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Âmbito 3)	Cap. 6.2
305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Cap. 6.2
305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Cap. 6.2
305-6	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	Não reportado.
Efluentes e Resíduos		
103	Abordagem de gestão	Cap.3.4
306-1	Produção de resíduos, incluindo efluentes, e impactes significativos relacionados com os resíduos produzidos	Cap.6.2.
306-2	Gestão de impactes significativos relacionados com resíduos	Cap.3.4. e Cap.6.2 e Tarifários e regulamentos - Porto de Lisboa
306-3	Produção de resíduos	Cap. 6.2.
306-4	Resíduos não destinados a deposição final	Cap. 6.2
306-5	Resíduos destinados a deposição final	Cap.6.2.

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO OU OUTRA / FUNDAMENTO PARA NÃO RELATO
Conformidade ambiental		
307-1	Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	Cap. 6.2.
Avaliação Ambiental de Fornecedores		
308-1	Novos fornecedores avaliados com base em critérios ambientais	Não aplicável.
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de valor e ações tomadas	Não aplicável.
400 DESEMPENHO SOCIAL		
Emprego		
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	Cap. 6.2.
401-2	Benefícios assegurados aos colaboradores a tempo inteiro que não são concedidos a colaboradores temporários ou a tempo parcial	Cap. 6.2.
401-3	Licença Parental	Cap. . 6.2.
Relações laborais		
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Não aplicável
Saúde e Segurança no Trabalho		
103	Abordagem de gestão	Cap. 6.2.
403-1	Sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho	Cap. 6.2
403-2	Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de acidentes	Cap. 6.2.
403-3	Medicina no trabalho	Cap. 6.2.
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores sobre higiene e segurança no trabalho	Não relatado
403-5	Capacitação de trabalhadores em higiene e segurança no trabalho	Cap. 4.2 e Cap. 6.2.
403-6	Promoção da saúde dos colaboradores	Cap. 6.2.
403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho decorrentes da atividade	Cap.4.2.
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho	Cap.6.2.
403-9	Acidentes de trabalho	Cap.6.2.
403-10	Doenças profissionais	Cap.6.2.
Formação e Educação		
103	Abordagem de gestão	Cap. 6.2.
404-1	Média de horas de formação por ano, por colaborador	Cap. 6.2.
404-2	Programa de gestão de competências e formação contínua	Cap. 6.2.
404-3	Percentagem de colaboradores que recebem avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira regulares	Cap. 6.2.
Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
103	Abordagem de gestão	Cap. 4.2. e Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens disponível em: Relatórios e publicações - Porto de Lisboa
405 - 1	Diversidade na gestão e entre os colaboradores	Cap 6.2
405 – 2	Rácio do salário base e remuneração das mulheres pelo dos homens	Cap.6.2.
Não-Discriminação		
406-1	Casos de discriminação e as medidas corretivas tomadas.	Cap. 6.2. e Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens disponível em: Relatórios e publicações - Porto de Lisboa

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO OU OUTRA / FUNDAMENTO PARA NÃO RELATO
Liberdade sindical e negociação coletiva		
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Não aplicável
Trabalho infantil		
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Não aplicável
Trabalho forçado		
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Não aplicável
Práticas de segurança		
410-1	Pessoal de segurança com formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Não relatado
Direitos de povos indígenas		
411		Não aplicável
Avaliação de direitos humanos		
412-1	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	Cap.6.2.
412-2	Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Cap.6.2.
412-3	Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	Cap 6.2.
Comunidades locais		
103	Abordagem de gestão	Cap. 4.3
413-1	Operações com programas locais de envolvimento na comunidade, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento.	Cap. 4.3 e Cap. 6.2.
413-2	Operações com potencial impacto ou impacto negativo nas comunidades locais.	Cap. 4.2 e Cap. 4.3
Avaliação Social de Fornecedores		
103	Abordagem de gestão	
414 - 1	Novos fornecedores analisados com base em critérios sociais	Não aplicável.
414 – 2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Não aplicável.
Políticas públicas		
415-1	Contribuições políticas	Não aplicável.
Saúde e Segurança do Consumidor		
416-1	Análise de impactos de saúde e segurança em categorias de produtos e serviços	Cap. 6.2.
416-2	Caso de não conformidade relativa a impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços na saúde e segurança	Cap. 6.2
Marketing e rotulagem		
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	Não aplicável
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não aplicável
417-3	Casos de não conformidade relacionados com a comunicação de marketing	Cap. 6.2
Privacidade do Cliente		
418-1	Reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	Cap.6.2.
Conformidade socioeconómica		
419-1	Não-conformidade com leis e regulamentação nas áreas económica e social.	R&C e Relatório do Governo Societário de 2023 a disponibilizar em: Relatórios e publicações - Porto de Lisboa



TÍTULO: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA APL 2023
PROPRIEDADE: APL- ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA SA.
FOTOGRAFIAS @ARQUIVO APL @BANCO DE IMAGENS PIXABAY
PARA ESCLARECIMENTOS A ESTE RELATÓRIO CONTACTAR
psengo@portodelisboa.pt // TEL. +351 21 392 21 58